

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE – NUESTRA

GABRIELA DA ROCHA SOUZA

Trabalho na experiência de travestis e mulheres trans

SÃO CARLOS/SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE – NUESTRA

GABRIELA DA ROCHA SOUZA

Trabalho na experiência de travestis e mulheres trans

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestra em Psicologia.

Área de concentração: comportamento social e processos cognitivos.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS/SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Gabriela da Rocha Souza,
realizada em 29/04/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)

Profa. Dra. Valquíria Padilha (USP)

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a continuar estudando e ofereceram o apoio necessário para isso.

À prof. Rosemeire Aparecida Scopinho, por ter me incentivado e apoiado nos momentos de crise e ter dedicado sua vasta experiência profissional e de vida para mostrar o caminho correto a ser seguido.

Ao João Otávio Galbieri, meu grande amigo, confidente, *sister*, que me apoiou e deu luz nos momentos de incertezas, inseguras e crises, inclusive, durante o processo de construção desta dissertação. Aos membros do NUESTRA, especialmente Rafael Paulino Juliani, Thainara Granero de Melo, Gabriela Perissinotto e Mariana Afonso, por terem me apoiado, direcionado e ajudado de diversas formas desde “antes do início”.

Às quatro mulheres, que também são amigas que levarei comigo nos caminhos da vida, por oferecerem seus relatos, compartilharem suas experiências de vida, dores, angústias e por possibilitarem a construção desta dissertação.

Aos coletivos LGBTI dos quais fiz parte e que instigaram a pesquisar sobre o assunto e a lutar por avanços e conquista de cidadania.

Ao programa PROEX da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“Ela é amapô¹ de carne e osso, silicone industrial
Navalha na boca
Calcinha de fio dental (...)
Batam palmas para as travestis, que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver, brilhar
e arrasar”.

Mulher (Linn da Quebrada)

¹ Com base no dialeto das travestis Pajubá – inspirado no iorubá-nagô – amapô significa mulher.

SOUZA, Gabriela da Rocha. **Trabalho na experiência de travestis e mulheres trans**. 2022. 93f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

RESUMO

No modelo de organização social atual, o fenômeno chamado cisheteronormatividade é dominante, isto é, a cisgeneridade e a heterossexualidade são concebidas como naturais, corretas, saudáveis, esperadas, enfim, como os únicos modos de se viver e experienciar a identidade de gênero e a orientação sexual. Assim, os padrões de gênero e sexualidade desviantes desta norma são encaminhados para processos de exclusão, discriminação e diversas outras opressões, caso da comunidade LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e/ou transgêneros e intersexos). Isto ocorre, sobretudo, com as pessoas que mais destoam das normas de gênero, as travestis e mulheres trans, sobre as quais recaem os piores índices de desemprego e violência. Geralmente, este grupo sofre a frequente e precoce expulsão da família de origem, são expulsas direta ou indiretamente da escola e, constantemente, são alijadas de oportunidades de trabalhos formais, fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade social vivenciada. O trabalho aqui é entendido não apenas como meio de sobrevivência material, mas também como atividade carregada de valor simbólico, fundamental à construção identitária, subjetiva e social dos sujeitos. O objetivo principal desta pesquisa é compreender as experiências de travestis e mulheres trans sobre a transfobia, especialmente em relação ao trabalho e à busca pela sobrevivência. Para isso, por meio do método qualitativo, realizei um levantamento bibliográfico a respeito deste tema, além de entrevistas semiestruturadas com travestis e mulheres trans que apresentavam experiências profissionais. Por meio das entrevistas, foi possível perceber que todas apresentavam experiências com a transfobia desde a infância e suas trajetórias profissionais, frequentemente, estiveram relacionadas à informalidade, à prostituição e/ou a áreas específicas do mercado da beleza. Apenas uma entrevistada apresentou experiências com a empregabilidade formal. Por mais que a sociedade brasileira tenha avançado na garantia de alguns direitos para a comunidade LGBTI+, as travestis e as mulheres trans ainda configuram o grupo mais vulnerável neste universo, posto que enfrentam, cotidianamente, a transfobia que decorre do cissexismo, da misoginia, do ódio ao feminino e às diferenças humanas. Com base nas considerações finais construídas nesta pesquisa, é possível dizer que estas mulheres são constantes alvos da violência em diferentes âmbitos da vida social e sofrem intensos processos de marginalização, desumanização e discriminação a ponto de terem suas expectativas de vida estimadas em 35 anos. Com isso, esforços políticos, sociais, governamentais, culturais, educacionais, científicos e jurídicos tornam-se necessários para, ao menos, tentarmos mitigar os cruéis efeitos da transfobia estrutural tão presente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Travestis. Mulheres trans. Transfobia. Trabalho. Cisnormatividade.

ABSTRACT

In the current model of social organization, there is the dominant phenomenon called cisheteronormativity, that is, cisgenderness and heterosexuality are conceived as natural, correct, healthy and expected. In short, as the only ways to live and experience gender identity and sexual orientation. Thus, the standards of gender and sexuality that deviate from this norm are referred to processes of exclusion, discrimination and various other oppressions, in the case of the LGBTI community (lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals and/or transgender and intersex). This occurs, above all, with people who are most at odds with gender norms, transvestites and trans women, on whom the worst rates of unemployment and violence fall. Generally, this group suffers frequent and early expulsion from the family, they are expelled directly or indirectly from school and are constantly excluded from formal job opportunities, factors that contribute to the social vulnerability they experience. The work here is understood not only as a means of material survival, but also as an activity loaded with symbolic value that is fundamental to the identity, subjective and social construction of the subjects. The main objective of this research is to understand the representations of transvestites and trans women about transphobia, especially in relation to work and the search for survival. For this, with the qualitative method, semi-structured interviews were carried out with transvestites and trans women who had professional experiences and a bibliographic survey on this topic. Through the interviews, it was possible to perceive that all of them have experiences with transphobia since childhood and their professional trajectories were often related to informality, prostitution and specific areas of the beauty market. Only one interviewee had significant experiences with formal employability. As much as brazilian society has advanced in guaranteeing some rights for the LGBTI+ community, transvestites and trans women are still the most vulnerable in this group, since they face prejudice on a daily basis and are targets of violence in different areas of social life.

Keywords: Travestis. Trans women. Transphobia. Work. Cisnormativity.

LISTA DE SIGLAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTI+ - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e/ou transgêneros

NUESTRA – Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCD – Pessoas com deficiência

PIC – Programa de Iniciação Científica

TGEU – *Transgender Europe*

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

GLOSSÁRIO

Bissexual: Pessoa que sente atração afetivo-sexual por todos os gêneros, mulheres, homens e outros.

Cisgênero: Pessoa que se identifica com o gênero imposto, juridicamente e socialmente, durante o nascimento com base no sexo biológico.

Cisnormatividade: Se refere ao ordenamento social que estabelece como ideal, natural e esperado apenas a identidade cisgênera. Assim, as identidades trans são consideradas incorretas e desviantes.

Gay: Pessoa que, independente do sexo biológico, identifica-se como homem e tem atração afetivo-sexual por outros homens.

Heteronormatividade: Se refere ao ordenamento social que estabelece como natural e correta apenas a heterossexualidade, assim, as diversas outras orientações sexuais são entendidas como incorretas e desviantes.

Homem trans/pessoa transmasculina: Pessoa que nasceu com características biológicas consideradas femininas, como útero e vagina, no entanto, identifica-se como homem e busca reconhecimento como tal.

Identidade de gênero: Diz sobre o gênero com o qual a pessoa se identifica, pode estar em concordância ou não com o sexo biológico. Todos possuem uma identidade de gênero e ela não depende da orientação sexual.

Intersexo: Pessoas que nascem com características biológicas que não se encaixam nas categorias, descritas por normas médicas e sociais, tidas como tradicionais de corpos “femininos” ou “masculinos”, e que podem gerar risco de estigma e discriminações diversas. Podem apresentar diversos tipos de ambiguidade genital, visíveis ou não.

Lésbica: Pessoa que, independente do sexo biológico, se identifica como mulher e possui atração afetivo-sexual por outras mulheres.

Mulher trans/mulher transexual: Pessoa que nasceu com características biológicas consideradas masculinas, todavia, identifica-se como mulher e reivindica esta identidade.

Orientação sexual: Diz sobre a sexualidade da pessoa, sobre a atração afetivo-sexual. Todos possuem uma orientação sexual.

Transgênero/transexual: Termos que se referem às pessoas que não se identificam com o gênero imposto, jurídico e socialmente, durante o nascimento. Esta imposição é feita com base no sexo biológico. As identidades trans podem ser vivenciadas de diversas formas e não dependem da orientação sexual.

Travesti: Diz sobre as pessoas que nasceram com características biológicas consideradas masculinas, no entanto, possuem e expressam identidades de gênero femininas. Não necessariamente as travestis consideram-se mulheres, mas sempre possuem identidades femininas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	11
1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	17
1.1. MUNDO DO TRABALHO E IDENTIDADES TRANS	24
2. GÊNERO, TRAVESTIS E MULHERES TRANS	29
3. TRAVESTIS, MULHERES TRANS E TRABALHO	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXO	87

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa aborda a intersecção de dois eixos temáticos: travestis/mulheres trans e trabalho por meio da análise das experiências de vida e trabalho de mulheres trans e travestis. Nesta apresentação, tratarei brevemente do primeiro eixo para demonstrar como surgiu o meu interesse pelo assunto.

Em um manifesto, três travestis ativistas traçam linhas gerais a respeito desta categoria identitária. Sara Wagner York, Megg Rayara de Oliveira e Bruna Benevides (2020, p. 2) afirmam que “(...) ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado”. As ativistas dizem, ainda, que se trata de uma “constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos)” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 2).

De acordo com as autoras, essa identidade social, que também é produtora de cultura,

Rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino. A disruptura às normas sociais, ao longo da história, colocava as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social comumente praticada por parte da população contra nós” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 2).

Eu, que produzi esta dissertação também sou uma travesti e, como tal, é possível dizer algo sobre esta categoria identitária. Aliás, considero importante dar uma contribuição empírica à discussão, baseada em minha realidade vivida, em minha existência política nesta sociedade. Uma contribuição que explica os motivos que me levaram a pesquisar este tema.

O processo de minha transição de gênero é recente, mas o fato de ser travesti e de sempre ter sido lida como “diferente” me fornecem repertório a ser compartilhado. Nasci e cresci em uma cidade muito pequena do interior do Paraná, em uma família evangélica, que pertence a uma das denominações religiosas mais conservadoras que existem. Vivi, desde pequena, intenso sofrimento por sempre ter sido vista, à época, como “diferente”, “um menino” falante, que adorava socializar e que preferia estar entre mulheres.

Estas características humanas que podem ser facilmente encontradas em qualquer pessoa, independente da identidade de gênero, causaram estranhamento social. Causaram olhares, comentários, fofocas, burburinhos, piadas, *bullying* e quase toda sorte de constrangimento e exclusão. Desde muito jovem, fui alijada de um convívio social saudável, haja vista que os meninos e as meninas me excluía, embora por motivos diferentes.

Os meninos evitavam minha companhia por não ser parecida com eles: era falante, feminina, enfim, alguém que poderia ser lida, à época, como homossexual afeminado, alguém que poderia ameaçar suas tentativas de construir uma masculinidade hegemônica, cisgênera² e heterossexual. Já as meninas não conviviam comigo porque eu não era vista como par, como uma semelhante, porque eu não era outra menina cisgênera com quem pudessem compartilhar seus medos, desejos e experiências.

Por estes fatores, somados ao terrorismo psicológico que a religião e a família causaram em mim, adoeci. Por volta dos 15 anos, vivi um quadro intenso de depressão. Após conseguir me recuperar, comecei a cursar Psicologia, vislumbrei outras possibilidades de vida e, aos poucos, fui tomando consciência a respeito de quem eu era e do sofrimento que vivi.

Acredito que toda a exclusão e violências psicológica, simbólica e física que sofri, inclusive durante a graduação, me fizeram querer contribuir de alguma forma para transformar aquela realidade, me fizeram desejar intensamente que fossem menores as possibilidades de futuras gerações passarem pelas mesmas agruras que eu. Talvez tenha tentado transformar o sofrimento em ativismo e isso se reflete, também, na construção desta dissertação.

O meu interesse pelo tema amplo de gênero surgiu durante a graduação, com a participação em um Programa de Iniciação Científica (PIC). À época, comecei a ter interesse pelas teorias dissidentes que buscavam explicar as relações de desigualdade e violência presentes na sociedade que atingia os “desviantes de gênero”, os “fora do tom”. Perceber que, no campo científico e social, pesquisadores e ativistas dialogavam no sentido de construir teorias que, de certo modo, davam luz às vivências fora da norma me encantou e estimulou.

² Cisgênera ou cisgênero designa aqueles que, ao longo da vida, identificam-se com o gênero imposto pela sociedade com base no sexo biológico de nascimento.

Também fiz parte de coletivos LGBTI+, isto é, em certa medida, do movimento social organizado que lutava por avanços sociais a respeito das pautas de diversidade de gênero e sexual, com isso, fui adquirindo consciência das mazelas que, diuturnamente, atingem esta comunidade. Aliás, por sempre ter sido lida como um “corpo desviante”, “diferente” e que afrontava as leis de gênero apenas por existir, essa consciência já existia em mim, infelizmente, por meio do sofrimento.

Durante o período de definição do tema do projeto de mestrado, pensei em discutir sobre a transfobia, haja vista que, mesmo antes de realizar a minha transição de gênero, me incomodavam intensamente os enormes índices de violência e preconceito que recaíam e ainda recaem sobre as travestis e mulheres trans, desse modo, pensava que algo precisava ser feito.

Além disso, meu processo de transição de gênero ocorreu concomitantemente ao meu ingresso no mestrado e, à medida que investigava a relação de travestis/mulheres trans com a transfobia e o trabalho, precisei me localizar nesse processo, como sujeito e pesquisadora.

Outros desafios enfrentados foram que esta pesquisa foi realizada sem financiamento e durante a pandemia da Covid-19. Ainda assim, mesmo sem recursos materiais, participei de diversos eventos *online* e fui convidada, inclusive, para uma entrevista sobre políticas de permanência (cotas) para pessoas trans nas universidades na principal emissora de televisão do país. Estes fatos demonstram que, além de uma crise sanitária, também vivenciamos uma crise no financiamento das pesquisas brasileiras, sobretudo, na área das Ciências Humanas. Mostra também que o tema desta dissertação tem mobilizado discussões, em diferentes setores e na mídia, sobre como garantir para essas pessoas os mesmos direitos e oportunidades sociais que possuem as demais.

Em síntese, a minha própria experiência de vida com o tema, as repercussões que o debate social sobre as pessoas travestis e trans tem gerado na sociedade e a compreensão da importância de contribuir para que a ciência psicológica avance no sentido de compreender o sujeito e a subjetividade trans, levaram-me a definir como objeto de estudo desta dissertação a relação que elas estabelecem com o mundo do trabalho, entendido não apenas como forma de sobrevivência material, mas também como atividade que impacta na construção de subjetividades e no ordenamento social.

INTRODUÇÃO

A produção científica a respeito das identidades trans, historicamente, apresentava – e, de certo modo, ainda apresenta – uma perspectiva patologizante que define essas identidades como desvios, transtornos mentais ou, até mesmo, parafilias, conforme apontam Oliveira et al. (2018).

As pesquisas de caráter social e subjetivo, que não demonstram visões de anormalidade e patologia, são recentes e têm crescido nos últimos anos. É importante sinalizar que a Psicologia, como campo do saber, “(...) possui uma dívida histórica com as trajetórias de vida e os corpos marcado no/pelo desvio das normas” (FUCHS; HINING; TONELI, 2021, p. 2), como é o caso das pessoas trans, intensamente marcadas por um viés patologizante e excludente.

Segundo as referidas autoras, a Psicologia se firmou como uma forma específica de conhecimento que demarca os sujeitos em parâmetros de normalidade, diferenciando e valorando em termos de desajuste e desvio da norma. Com isso, é possível dizer que não apenas a Medicina e o poder biomédico foram responsáveis por caracterizar e tratar como “transtornados” aqueles que desviavam dos padrões sociais de normalidade ou, no caso do presente tema, aquelas que desviam da cisnormatividade, que rompem com a norma cisgênera, as travestis e mulheres trans.

A Psicologia, assim como a Psiquiatria e a Psicanálise, contribuiu intensamente com os processos que colocam à margem os corpos dissidentes e, por isso, torna-se necessária a construção de conhecimento no campo da Psicologia que apresente uma visão psicossocial e política a respeito das identidades trans. É preciso olhar para essas identidades não mais como um transtorno ou desajuste, mas sim, como formas de identidades de gênero, que, mesmo não representando os padrões normativos instituídos, não são anormalidades ou patologias ambulantes, são apenas outras formas de expressar a complexidade humana.

Na sociedade brasileira, apesar do pensamento hegemônico que estigmatiza e exclui a comunidade LGBTI+, também é possível perceber um avanço nos dispositivos legais e nas políticas públicas que buscam a equidade, porém, as travestis e mulheres trans continuam sendo o segmento mais vulnerável deste grupo social e enfrentam dificuldades em diversas searas da vida cotidiana.

Assim, minha experiência pessoal me fez perceber várias contradições. A sociedade ao mesmo tempo em que discutia leis de proteção e formas de inclusão

social, também excluía as travestis e mulheres trans, expondo intensamente sua face transfóbica. Um dos campos da vida em que essa exclusão é mais sentida é, justamente, no trabalho, aqui compreendido não somente como necessário à sobrevivência material, mas também como mecanismo de inserção psicossocial carregado de valor simbólico que é fundamental na construção identitária, subjetiva e social dos sujeitos.

Neste contexto, inserem-se algumas questões que motivaram a realização da pesquisa: Como essas pessoas lidam com o imaginário transfóbico existente nos diferentes espaços sociais, especialmente no trabalho? Que estratégias elas constroem para enfrentar as dificuldades? Quais são as redes de apoio disponíveis?

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é, portanto, compreender as representações das travestis sobre a transfobia, especialmente em relação ao trabalho e à busca por sobrevivência.

Os objetivos específicos são: (1) Identificar as representações que as travestis apresentam sobre trabalho; (2) Analisar as trajetórias desta população que estejam relacionadas à busca por trabalho, seja ele sexual ou não; (3) Compreender como ocorre a transfobia no âmbito do trabalho; (4) Conhecer os processos de violência e exclusão social que as travestis sofrem em contextos básicos, como a socialização e o trabalho; (5) Verificar as dificuldades encontradas por travestis nos relacionamentos afetivos e familiares.

Método

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizei o método qualitativo, tendo em vista que ele aborda o universo de significados, motivos, "(...) aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001, p. 21-22). A pesquisa qualitativa atenta-se aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Minayo (2001) aponta que, nesta modalidade, o pesquisador deve apresentar determinadas atitudes, como: abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com o grupo pesquisado, além de possibilitar fatores positivos, condições de readaptação e correção dos instrumentos da pesquisa durante o seu transcorrer e a possibilidade de revisão dos objetivos da investigação.

Em se tratando da realidade social de sujeitos historicamente marginalizados, com profundas marcas e sofrimentos, o método qualitativo mostrou-se mais adequado para buscar e analisar estas histórias de vida. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que contemplavam os objetivos desta pesquisa, tendo em vista que esta modalidade de entrevista permite obter relatos mais amplos e conhecer melhor e mais profundamente as vivências e significações dos sujeitos entrevistados (FRASER; GONDIM, 2004).

As entrevistadas foram Ana (22 anos), Mônica (22 anos), Laura (28 anos) e Bianca (47 anos)³. O intuito foi o de compreender aspectos de suas trajetórias de vida para identificar as suas representações acerca do trabalho e da transfobia que, eventualmente, tenham sofrido em contextos escolares, familiares e laborais. Dado o curto tempo para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado, os percalços adicionais ocasionados pela pandemia da Covid-19 e por representarem o segmento de pessoas trans mais alijado da empregabilidade, foram escolhidas apenas travestis e mulheres trans como recorte da pesquisa.

Estas entrevistas se deram de modo profundo, aberto e amplo, uma vez que as entrevistadas ficaram livres para falar sobre os tópicos selecionados previamente, sendo realizadas poucas intervenções. Os tópicos selecionados continham questões referentes ao nome social; idade; identidade de gênero; orientação sexual; etnia/raça; profissão; vivências com as realidades de trabalho; vivências pessoais e afetivas, que se referem à socialização, aos grupos sociais dos quais elas participam e, também, aos relacionamentos afetivos que tiveram (se houver); experiências com a violência, marginalização, exclusão social e preconceito; e vivências com a família de origem.

Esta pesquisa também se propõe a analisar as trajetórias de vida de travestis e mulheres trans, por este motivo é necessário compreender este método sociológico. Guérios (2011), ao realizar contextualizações sobre os estudos biográficos na Sociologia, informa que a adição dos relatos, ou autorrelatos, no âmbito acadêmico

³ Nomes fictícios utilizados para preservar as identidades das participantes.

ocorreu há décadas e, de modo significativo e mais sistematizado, no final da década de 1970 por meio de um relatório de pesquisa de Daniel Bertaux.

No entanto, Bourdieu (1986) publicou duras críticas sobre este método e sugeriu a criação da noção de trajetórias de vida em oposição ao método das histórias de vida, que era praticado anteriormente. Neste artigo, Bourdieu realiza uma crítica à ausência de esforço sociológico para situar a trajetória de vida investigada perante as condições concretas de existência a ela subjacentes. Bourdieu (1986, p. 71) afirma que:

A análise crítica destes processos sociais conduz à construção da noção de trajetória como série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço, ele mesmo em devir e submetido a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e suficiente em si mesma de eventos sucessivos sem outra ligação que a associação a um “sujeito”, cuja constância é apenas aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Os principais critérios para a escolha das quatro mulheres entrevistadas foram a autodeclaração de gênero (considerar-se travesti ou mulher trans), ter vivências com a busca por trabalho para sobreviver, ter experiência nos diversos campos de trabalho em que poderiam estar inseridas e vivências com a transfobia.

Considerando a pandemia da Covid-19 que se iniciou em 2020, os rumos da pesquisa foram adaptados, assim, as entrevistas se deram por meio de encontros virtuais, em plataformas de videoconferências e aplicativos de conversa de vídeo.

As entrevistadas foram selecionadas a partir da rede de contato da pesquisadora, assim, tornou-se possível aplicar os critérios de seleção definidos. É importante sinalizar que se trata de um grupo social historicamente marginalizado e com condições de vida geralmente precarizadas e, como se tratavam de encontros virtuais, as entrevistadas deveriam ter computador e acesso à internet ou, ao menos, um aparelho de telefone celular com boa conexão de *internet*, o que, dadas suas condições de vida, nem sempre é possível.

Inicialmente, entrevistei uma amiga, alguém que fazia parte de meu círculo social. Eu a conheci no meio universitário, nos aproximamos pela identidade comum e desenvolvemos uma amizade. Entrei em contato com ela, falei sobre a pesquisa, sobre os objetivos e sobre como estavam planejadas as entrevistas. Em seguida, perguntei se ela aceitaria participar. Ela prontamente aceitou e marcamos um dia para

um encontro presencial (a primeira entrevista ocorreu poucas semanas antes que a pandemia de Covid-19 começasse).

A segunda entrevistada também fazia parte de meu círculo social, no entanto, a pandemia já havia começado, os casos e mortes estavam aumentando e, portanto, todo o contato foi feito de modo *online*, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e programa de videochamadas. Esta entrevistada mora em minha cidade-natal e ela tinha passado pela transição de gênero havia mais de dez anos. Não tínhamos uma relação muito próxima, todavia, ela entendeu a importância desta pesquisa e positivamente quis colaborar. Nosso contato se dava de modo mais intenso pelas redes sociais e por meio de amigas em comum.

A terceira entrevista foi feita com outra amiga. Ela também morava em outro estado e a pandemia estava em um nível preocupante, assim, todo o contato também foi realizado de modo *online*. Conversamos por meio de aplicativo de videochamadas. Conheci esta entrevistada no meio universitário, à época, ela cursava Terapia Ocupacional na mesma universidade em que eu estudava, nos aproximamos por meio de um coletivo artístico e desenvolvemos uma amizade. Acredito que a identificação de gênero foi um facilitador para o desenvolvimento desta relação.

A quarta entrevista foi realizada com uma travesti mais velha, alguém que sofreu muitas vezes e de diversas formas os efeitos da violência transfóbica. Esta entrevista também ocorreu virtualmente, com adaptações solicitadas pela entrevistada. Ela era conhecida no meio do ativismo, tendo em vista que foi a primeira transexual do país a conseguir o direito de retificar o nome sem a necessidade de cirurgia. Nos conhecemos por meio de amigas em comum, frequentamos, à época, as mesmas festas e fomos desenvolvendo uma amizade. No começo, desejei me aproximar pela grande admiração que tinha por ela e por sua história.

As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, para que a análise dessas informações ocorresse de modo mais adequado e detalhado. As informações obtidas com as entrevistas foram analisadas por meio da Análise Temática de Conteúdos (MINAYO, 2014), que consiste na leitura sistemática e flutuante das entrevistas, com o intuito de buscar as categorias comuns que estão presentes nos discursos dos sujeitos, uma vez que “(...) fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 2014, p. 316).

Este método de análise é dividido em três etapas: (1) pré-análise, que consiste na seleção dos documentos a serem analisados e na retomada dos objetivos iniciais da pesquisa e das hipóteses; (2) exploração do material, que, em linhas gerais, consiste em uma “(...) operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto”; e (3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, etapa em que “(...) o analista propõe inferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugerida pela leitura do material” (MINAYO, 2014, pp. 317-318).

Além da apresentação e introdução, esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, apresento noções acerca do trabalho e das transformações ocorridas no mundo do trabalho e, também, como essas concepções relacionam-se com as pessoas trabalhadoras, especialmente com as travestis e mulheres trans. Com base na bibliografia abordada, foi possível perceber como as transformações produtivas apontam para a diminuição dos direitos e da responsabilidade social do Estado na geração de emprego e proteção dos trabalhadores. No entanto, o trabalho possui dimensão central e se constitui como dispositivo de importante valor simbólico para os sujeitos, fornecendo não apenas elementos para a sobrevivência material, mas também elementos que constituem a subjetividade. No caso das travestis e mulheres trans, que não representam a imagem do “trabalhador ideal”, ficam comprometidos seus processos de inserção social e subjetivação.

No segundo capítulo abordo discussões relacionadas à identidade de gênero, como transgeneridades/travestilidades, cisnormatividade, transfobia e dados que demonstram os níveis de vulnerabilidade da comunidade trans feminina.

No terceiro capítulo apresento as entrevistas e as análises realizadas. Com base nas informações trazidas, discuto como as suas trajetórias profissionais, geralmente, estiveram atreladas à prostituição e/ou à informalidade, e aos setores específicos do ramo de beleza. De modo geral, os mecanismos sociais normativos e transfóbicos geram sofrimento desde a tenra idade, frequentemente, sofrem violência em suas famílias de origem, posteriormente na escola, considerado um espaço praticamente inabitável para quem destoa das normas de gênero e, também, são alijadas da possibilidade de empregabilidade formal, sendo, por diversas vezes, empurradas à prostituição, a fim de garantir sua subsistência.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho passou por diversas transformações ao longo do tempo e, praticamente durante toda a história da humanidade, há registros de exploração do trabalho (BRAVERMAN, 1981).

O modo de administração e gerência do trabalho, que foi iniciado no fim do século XIX por Frederick Winslow Taylor e consolidado no século XX, impactou e ainda impacta a forma pela qual as empresas organizam o trabalho dentro de suas organizações (BRAVERMAN, 1981). Marcados pela cisão entre o pensar e o fazer, os modelos tayloristas e fordistas impactaram de modo negativo a autonomia dos trabalhadores, que passaram a executar funções ínfimas e específicas do processo produtivo (BRAVERMAN, 1981; SENNETT, 2009).

A consolidação do taylorismo/fordismo no século XX inaugurou uma nova organização do trabalho nas empresas, incluindo características que aumentariam a produtividade, como uma divisão rígida do trabalho, a cisão entre o pensar e o fazer, por exemplo, utilização de esteiras e linha de produção e o aumento do ritmo do trabalho e do controle sobre quem trabalha (SOUZA, 2012). Estes modelos são considerados eficientes pelos gestores, dado que exigem mais desempenho dos trabalhadores e, portanto, geram o aumento do lucro das empresas.

Estes modos de organização do trabalho se espalharam pelos diversos segmentos da cadeia produtiva e fizeram com que o trabalhador perdesse a visão global de sua atividade, focando em um ponto específico da produção, gerando a diminuição do sentido do trabalho, retirando a liberdade para tomar decisões e submetendo este trabalhador a uma organização hierárquica severa (SOUZA, 2012).

Na segunda metade do século XX, surgiu o modelo japonês de organização e administração do trabalho, o toyotismo. Com base na incorporação de novas tecnologias e na globalização econômica, este modelo buscou flexibilizar a rígida organização da produção e do processo do trabalho e, assim, deixou de ser suficiente que o trabalhador dedicasse apenas sua força física às empresas, mas também ele deveria se adaptar a diferentes tarefas. Ademais, também passou a ser interessante ao processo que o trabalhador utilizasse suas capacidades criativas e subjetivas (SOUZA, 2012).

Souza (2012) indica que estes modelos (taylorismo, fordismo e toyotismo) se misturam e estão presentes em diversas áreas na contemporaneidade, impondo condições de fragmentação, controle, precarização, exigências e competições aos trabalhadores, sendo responsáveis pelo estabelecimento de rotinas de trabalho que geram desgastes físicos e psíquicos. Antunes (2003) aponta que o fordismo e o taylorismo deixam de ser únicos e mesclam-se com outros processos produtivos, como o neofordismo, neotaylorismo e pós-fordismo, sendo até substituídos em alguns casos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite averiguar.

No norte global, a profunda recessão de 1973 gerou um período de reestruturação econômica e ajustamento social nas décadas de 70 e 80, iniciando, assim, o chamado regime de acumulação flexível (HARVEY, 2001). Sobre este regime, Lopes (2009) indica que:

Apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, impulsionado pelas novas tecnologias da informação, o regime de acumulação flexível vem justamente corroer a enorme rigidez dos processos fordistas, reestruturando o sistema produtivo e promovendo efeitos significativos na conformação subjetiva contemporânea (LOPES, 2009, p. 96).

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pela intensificação de uma profunda reestruturação produtiva no mundo do trabalho, que substituiu paradigmas até então utilizados para organizar a produção e o trabalho de grandes empresas (ANTUNES, 2003).

Juliani (2017) sinaliza que o surgimento de novas tecnologias baseadas em microeletrônica e a implementações destas em setores industriais e de serviço abriu precedentes para a intensificação e otimização do funcionamento da linha produtiva, afetando profundamente a forma de organizar o trabalho nas empresas. O pesquisador aponta que os empregos formais foram, em certa medida, substituídos por outras formas de contratação, como contratações indiretas, subcontratações e trabalhos *part-time*, tornando cada vez mais flexíveis o modo pelo qual as empresas contratavam seus trabalhadores. Assim, o desemprego não é mais tido como acidental ou oriundo de crises econômicas, mas sim, passa a ser estrutural.

Juliani (2017) indica que estas transformações ocorridas no mundo do trabalho revelam a noção de que trabalhar não é apenas um modo de sobrevivência, mas também um elemento que constitui a subjetividade dos que trabalham e dos que estão excluídos do trabalho. Além disso, é um meio pelo qual os sujeitos se inserem ou não

na participação da vida social, tendo em vista que o trabalho pode inserir os trabalhadores na dinâmica das relações sociais.

A respeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho, Antunes e Alves (2004) indicam algumas tendências:

1) Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. (...) 2) Há, entretanto, contrariamente à tendência anteriormente apontada, outra muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. (...) 3) Há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, desde 1998 o contingente feminino tornou-se superior ao masculino, na composição da força de trabalho britânica. (ANTUNES; ALVES, 2004, pp. 336-338).

A inserção no mundo do trabalho, especialmente após estas transformações ocorridas no século XX, dificultaram a inclusão de boa parte dos trabalhadores, que passaram a ter que cumprir mais exigências técnicas e psicológicas para conseguir emprego. Além disso, os trabalhadores excluídos passaram e passam por barreiras sociais ainda maiores, tendo em vista que não representam a imagem do “trabalhador ideal”, caso das pessoas com deficiência (PCD), negros, idosos e pessoas que nitidamente destoam dos padrões de gênero e sexualidade impostos, sobretudo as travestis e demais pessoas trans.

Desse modo, os trabalhadores que não possuíam as novas qualificações exigidas (profissionais e de escolaridade) não conseguiram se reinserir nas novas configurações das empresas, aumentando exponencialmente a massa de trabalhadores desempregados (JULIANI, 2017). Nessa perspectiva, Fonseca (2002) aponta que mostra-se nítido o aumento da insegurança do trabalho, e ela ocorre em diversos níveis: no mercado de trabalho, na renda, no emprego, na contratação e na representação do trabalho construída pelos sujeitos. Nesse sentido, Ramos (2001) aponta que:

Com o advento das novas tecnologias e sistemas de organização do trabalho – processo chamado genericamente de reestruturação produtiva – [...] a

qualificação [do trabalhador] entrou numa fase em que, sob alguns aspectos, é tomada como pressuposto da eficiência produtiva; por outros, ela tende a ser abandonada como conceito organizador das relações de trabalho e de formação dando lugar à noção de competência. Alguns aspectos passam a ser valorizados em nome da eficiência produtiva: os conteúdos reais do trabalho, principalmente aqueles que transcendem ao prescrito e às qualidades dos indivíduos expressas pelo conjunto de saberes e de saber-fazer realmente colocado em prática, incluindo para além das aquisições de formação, seus atributos pessoais, as potencialidades, os desejos, os valores (RAMOS, 2001, p. 53).

Com a consolidação do neoliberalismo, este cenário de insegurança, de aumento da precarização e de retirada de direitos trabalhistas foi intensificado no mundo do trabalho. A respeito do surgimento do neoliberalismo, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) apontam que, a partir das crises do liberalismo clássico, surge a proposta de sua refundação, o neoliberalismo.

Baseados em movimentos intelectuais, políticos e econômicos, governos neoliberais foram implantados nos anos 1970 e são representados pelos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Os autores observam que, como consequência das transformações promovidas pelo neoliberalismo, há o advento de uma nova “razão-mundo”, na qual o sujeito deve se superar continuamente, sendo flexível para seguir as mudanças impostas pelo mercado, se adaptando às contínuas variações da demanda do mercado e sempre assumindo os riscos. Outro lado da nova razão-mundo é a naturalização do risco, a responsabilização individual das consequências de suas escolhas e a transformação dos indivíduos em “empreendedores de si mesmos”, continuamente em competição e concorrência com os demais.

Nesse sentido, Dardot e Laval (2015) apontam que o Estado neoliberal tem um papel fundamental na extensão da lógica do mercado para outras esferas da vida social:

O Estado neoliberal é “governamentalizado”, no sentido de que os novos dispositivos institucionais que o distinguem visam criar situações de concorrência, introduzir lógicas de escolha, desenvolver medidas de desempenho, cujo efeito é modificar a conduta dos indivíduos, mudar sua relação com as instituições e, mais precisamente, transformá-los em consumidores e empreendedores. As políticas educacionais e acadêmicas são exemplos perfeitos dessa dinâmica (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 288).

A consolidação da lógica neoliberal abriu precedentes para formas de exploração da força de trabalho intensas e mais atuais, “repaginadas”, como a *uberização*, conforme veremos adiante.

Juliani e Scopinho (2020) sinalizam que, desde meados da década de 1980, o mundo do trabalho brasileiro passou por significativas transformações estruturais que mudaram a dinâmica das relações de trabalho e geraram impactos negativos para os trabalhadores. Os autores apontam alguns aspectos desse cenário, entre eles: o advento de novas tecnologias de gestão e de produção (a automação microeletrônica e o surgimento da economia de plataforma), e o constante ataque aos direitos trabalhistas, materializados nas aprovações das Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência – fatores que estão relacionados ao crescimento do desemprego estrutural e do trabalho informal.

Atualmente, a realidade do trabalho está profundamente marcada pelo acirramento da informalidade e o aumento da precarização. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que 40% dos trabalhadores estão na informalidade, 14 milhões estão desempregados e 6 milhões compõem a classe dos desalentados, isto é, trabalhadores que perderam completamente a perspectiva de conseguirem emprego.

Nesse cenário, surge a *uberização* do trabalho, que pode ser compreendida como o trabalho que se desenvolve por meio de plataformas digitais de grandes empresas, como *Uber*, *iFood* e *Amazon*. Esse fenômeno apresenta como características formas mais intensas de exploração do trabalho, retirando vínculos trabalhistas e colocando o trabalhador à margem, sem direitos, segurança e garantias, além de submetê-lo a jornadas intensas que podem chegar a mais de dez horas diárias.

O termo *uberização* pode ser entendido, segundo Ludmila Abílio (2019, p. 10), como “um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho”. A autora indica que, neste processo, ocorre a consolidação da passagem do estatuto de trabalhador para o de um “(...) nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho” (ABÍLIO, 2019, p. 10).

Segundo Antunes (2020), a *uberização* é fruto de dois pontos. O primeiro seria a combinação do tripé do sistema capitalista: neoliberalismo, reestruturação produtiva permanente com a impulsão tecno-informacional-digital e a hegemonia do capital

financeiro; o segundo ponto seria a crise estrutural do capital, que demonstra que seu desenvolvimento só é possível por meio da destruição do meio ambiente, isto se tornou claro a partir das crises de 1973 e 2008. Essa crise estrutural fez com que os capitais e as grandes corporações iniciassem, em escala global, um processo de corrosão da legislação social do trabalho (ANTUNES, 2020).

Antunes (2020) aponta, em linhas gerais, que os principais traços desta modalidade de trabalho são a individualização, invisibilização e prática de jornadas extenuantes, e isso ocorre sob a impulsão e comando dos algoritmos, programados para controlar e intensificar os tempos, ritmos e movimentos da força de trabalho. Para o autor, a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, consolidou o trabalho intermitente e foi a porta de entrada para a *uberização* no Brasil. A pandemia da Covid-19 intensificou o cenário da *uberização*, tendo em vista que a imposição do distanciamento social fez com que muitos recorressem aos trabalhadores de aplicativo para receberem comidas, medicamentos e outros produtos essenciais.

O acirramento da luta pela sobrevivência submete os trabalhadores desempregados e subempregados dos diversos setores às várias propostas da gestão econômica neoliberal, principalmente nos moldes dos chamados *uberização* do trabalho ou economia do compartilhamento, gerando a crescente precarização das condições e intensificação do ritmo de trabalho e, também, o abandono das formas típicas de contratação, que asseguravam minimamente os direitos dos trabalhadores (JULIANI; SCOPINHO, 2020).

Os autores informam que as já mencionadas reformas políticas e econômicas neoliberais tem comprometido a reprodução social de diversos grupos e, de modo ainda mais profundo, atinge grupos historicamente marginalizados, como é o caso das pessoas LGBTIs, especialmente as travestis e mulheres trans. Este grupo têm o trabalho, mesmo que precário, como elemento fundamental, talvez único, de reprodução social (JULIANI; SCOPINHO, 2020).

Muitos trabalhadores, para sobreviver, são submetidos a trabalhos com condições precárias, especialmente os que não possuem as chamadas “qualidades técnicas e sociais”, caso das travestis e mulheres trans. A respeito do trabalho precário, Juliani e Scopinho (2020) indicam que ele pode ser compreendido como produto das assimetrias de poder que estão presentes no campo das relações e condições de trabalho. Estas assimetrias são determinadas pela introdução de “(...) novas tecnologias de produção e modelos de organização e de gestão do trabalho

que favorecem a sobrevivência das empresas no mercado em detrimento da seguridade social dos trabalhadores”, que acabam assumindo todos os riscos das atividades laborais (JULIANI; SCOPINHO, 2020, p. 66).

Kalleberg (2009) indica que o conceito de trabalho precário é aplicado aos contratos formais que afetam a estabilidade econômica e a segurança social de quem trabalha, ao trabalho informal que não possui contrato nem direitos trabalhistas e, também, ao trabalho autônomo, que é realizado com meios de produção precários, colocando em risco a saúde e a segurança de quem trabalha.

Bourdieu (1998) sinaliza que, além de mera questão econômica, a precariedade está ligada ao modo de vida dos sujeitos e pode ser caracterizada como uma situação de ausência de recursos materiais e simbólicos, que possibilitam a segurança dos sujeitos sociais. Segundo Juliani e Scopinho (2020), o trabalho precário inviabiliza a existência e a manutenção de projetos de vida de longo prazo e faz com que os sujeitos vivam uma constante instabilidade, um “ir e vir”, na busca pela sobrevivência, gerando consequências psicossociais negativas aos sujeitos.

Nesse sentido, Padilha (2009) indica que o mundo do trabalho é comandado pelos interesses dos empregadores que, em um contexto econômico desfavorável aos não-qualificados, impõem trabalhos precarizados a grande parte da população nos mais diversos setores, do industrial ao de serviços, em trabalhos formais e informais.

Desta forma, o capitalismo se reinventa para se manter como modo de produção hegemônico criando novas tecnologias de produção, novas regras de mercado e novos perfis de trabalhadores para atingir os seus objetivos.

Qual é o lugar das travestis e das mulheres trans neste mundo? É possível dizer que as travestis e mulheres trans vivenciam condições precárias tanto em suas ocupações, tendo em vista que a maioria ainda precisa recorrer à prostituição para sobreviver, quanto em suas vidas cotidianas. Além disso, a prostituição pode ser compreendida como a ocupação mais insalubre entre as atividades precárias (SCOPINHO; JULIANI, 2020). Ademais, de modo geral, elas também sempre estiveram alijadas da empregabilidade formal e informal, exercendo atividades apenas para sobreviver, sem outras perspectivas de vida e sem nenhuma garantia e proteção do Estado.

1.1. MUNDO DO TRABALHO E IDENTIDADES TRANS

Um dos eixos centrais desta pesquisa é o trabalho, desse modo, torna-se necessário, mesmo que brevemente, traçar linhas gerais a respeito de como o trabalho se apresenta em nossa sociedade e os sentidos que apresenta aos sujeitos.

A palavra trabalho advém do termo em latim *tripalium*, que era um instrumento produzido com três paus aguçados de ponta de ferro, com o qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los, o termo também remete ao verbo *tripaliare*, que significava "torturar sobre o *tripalium*" (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012). Apoiados em Bueno (1988), os autores indicam que "(...) por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo" (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012, p. 150).

Atualmente, o trabalho possui uma dimensão contraditória e central na vida dos sujeitos, é ele que determina o grau de emancipação e autonomia que as pessoas terão. De acordo com Souza (2012, p. 38),

Não se trata apenas de atividade que garantirá a subsistência do indivíduo, muito mais que isso, o trabalho interfere diretamente na forma como a pessoa se reconhecerá e se posicionará perante a sociedade, além de influenciar diretamente na maneira como serão organizadas as demais esferas de sua existência.

Para Juliani (2017), o trabalho é tido como um dispositivo central de integração social e possui importante valor simbólico e moral, apresentando, assim, um impacto significativo na construção das subjetividades e identidades dos trabalhadores, além de possibilitar a manutenção da vida material e influenciar na determinação de como se dão ou não as relações sociais dos sujeitos.

Ademais, a nossa cultura é intensamente marcada pelo consumo, assim, não possuir emprego nem perspectivas de inserção no mercado de trabalho significa não ter acesso a bens considerados essenciais, e isso pode determinar a exclusão social dos sujeitos (SOUZA, 2012). É possível dizer que isto ocorre rotineiramente com as travestis e mulheres trans, tendo em vista que, geralmente, são impedidas de acessarem o mercado de trabalho por meio de diversas barreiras sociais e ciclos de exclusão.

O mundo do trabalho, indissociável à construção subjetiva em nossa cultura, ainda apresenta-se como um ponto de referência fundamental para os processos de subjetivação contemporâneos, bem como "(...) um importante fator que orienta a

dinâmica das sociedades capitalistas devido às complexas relações que se forjam no encontro (ou desencontro) do sujeito com a atividade laboral” (JULIANI; SCOPINHO, 2020, p. 68).

Oliveira e Silveira (2012) pontuam que o trabalho é uma atividade carregada de significados que influenciam e impactam na construção de identidades e papéis e na definição de normas de vida. Na modernidade, com o advento do trabalho remunerado, esta atividade passa a assumir posição central na vida dos indivíduos e começa a ser concebida como sinônimo de emprego (SABÓIA; COELHO; AQUINO, 2007).

Segundo Ramos (1989, p. 101), até o século XIX não havia emprego fixo vinculado a uma certa empresa, “é a sociedade de mercado que veio transformar o homem necessariamente em um detentor de emprego”. Logo, o emprego formal configurou-se como a peça fundamental para o funcionamento da economia. Assim, nesse tipo de sociedade, não ter emprego é sinônimo de ser imprestável ou excluído (WOLACK, 2007).

Nardi (2003) indica que o trabalho insere os trabalhadores na lógica protetora do Estado e assegura, em algum grau, direitos e garantias. Segundo o autor:

O processo de filiação à sociedade salarial dá-se acompanhado de uma adequação da classe trabalhadora ao código moral da sociedade moderna, pois, ao mesmo tempo em que a filiação à sociedade salarial permitiu o incremento na qualidade de vida dos trabalhadores, ela pressupôs a aceitação de um código moral restritivo, que era marcado pela dominação branca, [cis]heterossexual, masculina e centrada na família (NARDI, 2003, p. 43).

No entanto, Juliani e Scopinho (2020) demonstram que se o trabalho insere o trabalhador na lógica protetora do Estado e assegura o exercício de direitos sociais, atualmente, este mesmo Estado incorporou intensamente a lógica capitalista, retirando direitos historicamente conquistados e deixando os trabalhadores com pouca proteção social, isto ocorre em um duplo movimento.

Fontes (2017) indica que, por um lado, o movimento compreende reduzir a intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, aumentando a massa de desempregados e as subordinando diretamente ao capital, por outro lado, apresenta como necessárias e inevitáveis as exigências do capital aos trabalhadores por meio da imposição de formação profissional adequada à demanda do mercado e do incentivo a desenvolver o “espírito empreendedor”, para que os trabalhadores se

submetam ao trabalho mesmo sem contratos e demais direitos, incorporando a lógica neoliberal em suas práticas laborais, conforme apontam Dardot e Laval (2015).

Neste cenário, conforme já apontado, o desemprego e a insegurança dos trabalhadores em relação às suas ocupações são constantes. Não possuir um trabalho implica, em certa medida, em não fazer parte da dinâmica das relações sociais e não ter acesso a itens essenciais de sobrevivência, como a moradia e alimentação. Apesar de Sawaia (2000) apontar que a pobreza não é sinônimo de exclusão, o prolongado afastamento do mundo do trabalho somado aos preconceitos, estereótipos e discriminações diversas que atingem determinados grupos está intimamente ligado aos fatores que determinam a desqualificação, a desinserção, a desafiliação, a apartação da sociedade, o desenraizamento e diversas outras cruéis formas de exclusão social.

É possível dizer que as travestis, mulheres trans e demais pessoas que destoam dos padrões hegemônicos de “normalidade”, constantemente, vivem formas ainda mais intensas de apartação do mercado de trabalho, de insegurança, de medo de não conseguirem emprego e de precarização, vivenciando praticamente todos os processos apontados por Sawaia (2000).

No entanto, com a presença da diversidade populacional em diversos segmentos sociais, a inclusão dos “diferentes” nas empresas é um tema que tem ganhado relevância desde os anos 1980 (SARAIVA; IRIGARAY, 2009; HELOANI; SILVA, 2015). Todavia, Ferreira et al. (2015) indicam que os estudos na área da Administração a respeito das políticas de inclusão versam, sobretudo, acerca das pessoas com deficiência (PCD), pessoas negras, ressocialização de ex-detentos, questões geracionais e diferenças de gênero entre mulheres e homens cisgêneros, isto é, as questões de orientação sexual e de identidade de gênero ainda são pouco discutidas.

A respeito das políticas organizacionais que propõem incluir os “diferentes”, Juliani e Scopinho (2020) indicam que as políticas de inclusão presentes em algumas empresas possuem o objetivo de criar a imagem de responsabilidade social para garantir a competitividade empresarial, não há, de fato, o real interesse em incluir e manter os trabalhadores que não fazem parte dos padrões sociais hegemônicos. Os autores informam que, ainda que as discussões de inclusão aconteçam, há uma grande distância entre o discurso e a prática empresarial.

Segundo Irigaray (2010), até mesmo as empresas que declaradamente possuem políticas de diversidade e respeito às diferenças, na prática organizacional rejeitam a entrada de travestis e transexuais em seus quadros de funcionários. Juliani (2013) indica que a demonstração de apoio à causa LGBTI+ é vista pelos gestores como motivo de descrédito da empresa junto ao mercado, fornecedores, clientes e parceiros, alegando que poderia prejudicar a imagem empresarial.

Com todas as dificuldades encontradas pela comunidade de travestis e mulheres trans para adentrar no mundo do trabalho, especialmente em empregos formais, é possível dizer que elas passam por todos os processos ligados à exclusão social e não são contempladas pelas políticas de inclusão existentes em algumas empresas. Com isso, este grupo, que se vê alijado da empregabilidade formal, precisa desenvolver estratégias de sobrevivência às margens sociais, enfrentando diversas barreiras e processos de violência e discriminação.

Pode-se relacionar estas compreensões com os impactos e transformações que o trabalho pode gerar nas subjetividades e na vida das pessoas, sobretudo nas vidas de travestis e mulheres trans, que visivelmente destoam dos padrões de gênero e sexualidade impostos pela sociedade, hegemonicamente cisheteronormativa⁴, transfóbica, racista, machista, enfim, adjetivos que representam as estruturas sociais dominantes e evidenciam o cruel cenário no qual os sujeitos intensamente marcados pela diferença lutam para sobreviver em um cenário que dificulta seu acesso a reconhecimento, inteligibilidade e respeito.

Conforme sinaliza Juliani (2017), no Brasil, conhecido como o país no qual mais há assassinatos de pessoas trans no mundo, percebe-se uma presença diminuída e dificultada de pessoas nitidamente transgressoras dos padrões de gênero normativos no mercado de trabalho em suas diversas configurações, assim como o acesso deste grupo social aos bens, aos serviços e à cultura, ao passo que, recorrentemente, nos noticiários e no cenário social são demonstradas situações nas quais estas pessoas estão alijadas da educação, família e trabalho, subsistindo em ocupações que não garantem as básicas condições de desenvolvimento, sendo levadas à segregação social e à exposição de situações de risco à saúde e à vida.

⁴ Cisheteronormatividade diz respeito aos padrões de gênero e sexualidade considerados normais, saudáveis, naturais, esperados e que são impostos desde a infância. Isto é, compulsoriamente, os indivíduos devem ser cisgêneros e heterossexuais.

Conseguir emprego com garantias trabalhistas, segurança e possibilidade de progressão de carreira é um desafio para todos os cidadãos, especialmente em tempos de reformas neoliberais, que atacam os direitos trabalhistas historicamente conquistados, e de crise sanitária e econômica geradas pela pandemia da Covid-19. No entanto, para as travestis e mulheres trans esta realidade sempre foi apresentada de modo ainda mais cruel, tendo em vista que, além das qualificações técnicas, não possuem as “qualidades sociais”, isto é, não representam a imagem do trabalhador ideal, que geralmente é masculina, cisgênera, branca e heterossexual. Pode-se dizer que as travestis e mulheres trans sempre estiveram à margem da empregabilidade formal e, para elas, a realidade da busca por trabalho é vivenciada com inúmeras barreiras que não são apresentadas ao restante da sociedade.

2. GÊNERO, TRAVESTIS E MULHERES TRANS

Neste capítulo, serão apresentadas noções acerca de identidade de gênero, travestilidade/transexualidade, bem como dados que evidenciam a vulnerabilidade social vivida por parte significativa da comunidade trans, sobretudo, por travestis e mulheres trans.

Visivelmente, travestis e mulheres trans representam a parte mais marginalizada e discriminada da comunidade LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e/ou transgêneros e intersexos). Geralmente, este grupo social encontra inúmeras dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, são alijadas do convívio social considerado saudável e satisfatório, sofrem diversas violências, expulsões e discriminações por parte de suas famílias de origem, sofrem hostilidades diversas no ambiente escolar, sendo expulsas direta ou indiretamente, dado que este ambiente, muitas vezes, torna-se inabitável para estas pessoas.

Souza (2012) indica que é possível dizer que “(...) a gênese dos estigmas e preconceitos é social e historicamente construída na cotidianidade, afetando de forma extremamente negativa a vida daqueles a que são dirigidos, no âmbito individual, social e profissional” (p. 49). A pesquisadora afirma ainda que estes preconceitos e estigmas “atuam de forma a manter no conforto da ‘normalidade’ aqueles que se conformam aos padrões sociais e que se recusam a fazer um esforço para rever criticamente suas concepções” (SOUZA, 2012, p. 49).

Apesar dos avanços sociais conquistados por meio de lutas do movimento LGBTI+, o preconceito contra travestis ainda é forte e atua em suas vidas desde a infância, período no qual são chamadas, erroneamente, de homossexuais afeminadas – é importante sinalizar que poucas chegam ao envelhecimento e as que conseguem chegar passam a vida sendo alvo de constantes ataques (ANTUNES, 2010). O pesquisador informa que, nesse caso, “o preconceito advém do processo de organização social que estipula o que é considerado normal e o que é considerado anormal”, desse modo, “aqueles que não se enquadram no funcionamento desejado sofrem preconceito” (Antunes, 2010, p. 10).

Rondas e Machado (2015, p. 194) apontam que “(...) a sociedade considera as travestis como transgressoras, elas se deparam com barreiras apresentadas de várias formas e em vários ambientes”. Os autores observam que “(...) o tratamento preconceituoso dado às travestis no ambiente escolar e nas unidades do serviço

público de saúde, muitas vezes, desestimula a adesão delas à escolarização e aos cuidados médicos” (*id, ibid*).

Os autores indicam que, quando a hostilidade e a rejeição provêm também da família, “(...) a travesti é empurrada para a rua, às formas tidas como não convencionais de ganhar a vida, ao tráfico e ao uso de drogas, a situações que lhes acarretam doenças e morte social e física” (RONDAS; MACHADO, 2015, p. 195). A rejeição a esse grupo ocorre também no mundo do trabalho, sob a justificativa de inadequada aparência física (IRIGARAY, 2007) e, nas poucas vezes em que conseguem adentrar no mercado de trabalho, a maioria passa por situações derrisórias, desrespeitosas e humilhantes (KULICK, 2008)

Com isso, muitas vezes, estas mulheres são encaminhadas compulsoriamente para a prostituição, pois, além de serem impedidas de se qualificarem academicamente e de passarem pelo período da infância e adolescência com boas condições de desenvolvimento, seus corpos são vistos como objetos sexuais, como fetiche, não como o corpo de um ser humano que possui complexidades, potencialidades e limitações. A humanidade dessas mulheres é questionada o tempo todo, tendo em vista que, frequentemente, não são vistas como sujeitos de direito, como cidadãs de fato (JULIANI, 2017). Assim, com níveis tão intensos de sofrimento e de exclusão social, como farão parte do mercado de trabalho? Como serão incluídas, de fato?

Além disso, ao falar sobre travestis e mulheres trans brasileiras, não se pode esquecer dos altos números de violência e assassinato. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e com a organização *Transgender Europe* (TGEU), o Brasil segue como o país no qual mais há assassinatos de pessoas trans no mundo, pelo décimo terceiro ano consecutivo (ANTRA, 2022; TGEU, 2022). Dos assassinatos contabilizados em 2021, a maioria das vítimas é: negra (81%), possui identidades femininas, isto é, são mulheres trans e travestis (96%) e, também, é profissional do sexo (78%) e jovem, a média de idade das vítimas foi de 29,3 anos. Além disso, a expectativa de vida deste grupo social está estimada em 35 anos, metade da média nacional (ANTRA, 2022). Apesar disso, nenhum esforço governamental ou política pública foi empreendida para melhorar este quadro.

As mortes geralmente são violentas, com requintes de crueldade, literalmente, crimes de ódio. De acordo com a ANTRA (2022), a maioria dos casos de assassinatos apresentou níveis profundos de crueldade, com tentativas de aniquilamento dessas

peças e exposição ou degradação de seus órgãos genitais. Além disso, raramente os suspeitos são identificados, investigados e condenados, demonstrando que a impunidade nestes crimes é alta. A respeito desta situação, a ANTRA (2022, p. 67) afirma que:

Em declarações recorrentes, quase ensaiadas e repetidas pelos algozes, muitos suspeitos conseguem narrar os crimes com riqueza de detalhes e sem demonstrar qualquer tipo de arrependimento. Afirmam terem agido em uma suposta legítima defesa, alegando tentativas de roubo ou extorsão, desentendimentos pela falta de pagamento ou a reação da vítima frente à tentativa de não pagamento do programa pelo suspeito. Essas justificativas têm sido usadas – e aceitas por policiais e pelo sistema de justiça – como justificativa para o assassinato daquela vida abjeta que ele utilizava em programas sexuais. A sensação de impunidade é muito grande e isso, nitidamente, estimula o cometimento de novos crimes. É comum buscarmos notícias sobre casos de assassinatos de pessoas trans e encontrarmos informações de que foram soltos “por não oferecerem risco à sociedade”, afinal, matou uma travesti; ou, ainda, absolvidos pela falta de elementos suficientes nos autos – mesmo em casos de réus confessos.

Dada essa realidade social tão violenta, marginalizada e, muitas vezes, mortal, torna-se necessário investir em esforço intelectual, acadêmico, social, político e jurídico para que ocorra uma transformação necessária e urgente. Até quando a sociedade brasileira ouvirá apática a frase “somos o país que mais mata travestis”?

Ademais, historicamente, pesquisas científicas realizadas sobre este grupo social foram feitas por pessoas cisgêneras, isto é, por pessoas que não possuem a vivência profunda desta realidade. Assim, por diversas vezes produziram conteúdos errôneos, chamaram as travestis e mulheres trans de “homossexuais afeminados”, as rotularam como portadoras de transtornos mentais, impondo um código na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), o F64, que incluía diversas categorizações a respeito dessas identidades, todas para afirmar que possuíam o Transtorno da Identidade Sexual.

Somente em 2018, e devido às pressões do movimento social organizado internacional⁵, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do CID-11, retirou as transexualidades/travestilidades do rol dos transtornos mentais, alocando na ala de “cuidados com a saúde sexual” sob o pretexto de que não poderiam retirar completamente deste manual diagnóstico, uma vez que muitos países o utilizam para oferecer atendimentos em saúde pública para as pessoas trans que desejam obter modificações corporais por meio de hormônios e/ou cirurgias.

⁵ Desde 2012, o movimento Stop Trans Pathologization reúne ativistas e intelectuais do mundo todo em prol da despatologização das identidades trans.

Contudo, apenas neste ano, em 2022, que de fato as transexualidades/travestilidades oficialmente devem ser retiradas do rol dos transtornos mentais, tendo em vista que os países tinham esse período para se adaptarem à nova versão do CID. É importante apontar que a homossexualidade foi retirada do CID em 1990, isto é, apenas 28 anos após esse período a OMS retirou as identidades trans deste mesmo rol, fato que revela o quanto a luta social organizada de mulheres transexuais e travestis precisou se empenhar para conquistar este avanço.

Em relação às concepções de gênero, Modesto (2013) sinaliza que, historicamente, a sociedade foi fundada nos binarismos homem-mulher e masculino-feminino, que são resultados da compreensão naturalizada e essencialista de gênero: os indivíduos são biologicamente mulheres (fêmeas) ou homens (machos) e, pela categorização ideológica dos fenômenos, esses binarismos clássicos foram concebidos como normais, logo, os padrões desviantes destes modelos foram tidos como patológicos. Segundo Toneli (2012), os desenvolvimentos teóricos permitem pensar que este binarismo sexual é uma produção cultural e o corpo deixa de ser uma constante e passa a ser visto como uma variável.

Thomas Laqueur (2001) estudou a história da noção de corpo e sexo e verificou que na percepção ocidental, a partir do século XVII, as características físicas passaram a ser concebidas como a origem das distinções masculino/feminino, gerando a noção contemporânea do corpo binário.

É possível dizer que Medicina e o poder biomédico não se furtaram em reafirmar o genitalismo e o biologicismo para definir as pessoas, tendo em vista que, conforme aponta Laqueur (2001), até meados do século XVII o modelo em vigor era o do sexo único, pelo qual os sujeitos eram classificados em com pênis ou com pênis invertido. Após esse período, o poder biomédico passou a classificar as pessoas como binárias e opostas, como se biologicamente, socialmente e culturalmente apenas existissem duas formas de vida: macho x fêmea, homem x mulher, masculino x feminino. Estas formas rígidas e fixas ainda estão em vigor em nossa sociedade, causando sofrimento em quem rompe com estes padrões. Antes deste período não haviam distinções apenas físicas a respeito do que seria um corpo masculino ou feminino e as pessoas não eram separadas de modo rígido e binário, demonstrando que a percepção do que vem a ser masculino-feminino e homem-mulher é uma construção histórica e cultural, não um processo natural.

É importante sinalizar que o século XVII foi marcado por um período em que o capitalismo mercantil estava em ascensão na Europa, gerando grandes transformações produtivas até chegar na consolidação da Revolução Industrial, no século XVIII. O capitalismo é um sistema de produção que necessitava desta ordem binária dos sexos, marcando rigidamente os papéis sociais: os homens produziam e comercializavam mercadorias e as mulheres ficavam com os papéis da geração e cuidado dos filhos, isto é, da geração de novas forças de trabalho.

Conforma aponta Michel Foucault (1999, p. 37), toda a atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, “(...) não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?”

A partir desse momento histórico, as diferenças físicas passaram a ser compreendidas em termos de descontinuidade e oposição e não mais como continuidade e hierarquia - como era no modelo de sexo único pelo qual se pensava as diferenças como sendo de grau (COSTA, 1996; NICHOLSON, 2000; LAQUEUR, 2001). Esse processo também criou nomes diferenciados para os órgãos sexuais, isto é, “linguisticamente os instituiu como distintos, permitiu a ideia da ‘identidade sexual’ enraizada em um corpo diferenciado” (TONELI, 2012, p. 149).

A respeito das identidades trans, existem diversas definições acerca de pessoas transgêneras⁶, sendo a mais comum a que as concebe como sujeitos que não se identificam com o gênero imposto, jurídico e socialmente, durante o nascimento. Esta imposição de gênero ocorre com base no sexo biológico, uma noção que, conforme demonstrado anteriormente, também é uma construção histórica e social, não algo natural (LAQUEUR, 2001; TONELI, 2012).

Como as experiências e vivências dos sujeitos em relação às suas identidades são múltiplas e complexas, torna-se difícil definir rigidamente as categorias identitárias. No entanto, será apresentada uma noção do que seriam as identidades trans femininas.

Embora apresentem similaridades e componham as identidades femininas da categoria de pessoas trans, as travestis e mulheres trans não representam, necessariamente, a mesma identidade. Tanto as travestis quanto as mulheres trans

⁶ Termo considerado guarda-chuva para definir as identidades trans.

são pessoas que nasceram, aos olhos do poder biomédico, com características biológicas consideradas masculinas, como órgãos genitais, no entanto, ao longo da vida rompem com esta imposição e compreendem que possuem identidades femininas. As travestis não necessariamente consideram-se mulheres, mas sempre apresentam uma identidade feminina, as mulheres trans se compreendem apenas como mulheres.

Travesti é uma identidade latino-americana que ainda é muito marginalizada, tendo em vista que, ao ouvirem o termo travesti, geralmente, as pessoas pensam em características sociais negativas, como se elas fossem “pervertidas” e “safadas”. A categoria mulher trans, ou transexual, surgiu dos compêndios médicos e, assim, apresenta uma noção mais higienizada. Todavia, na prática social, as duas categorias identitárias sofrem processos de discriminação, exclusão e violência, tanto as travestis quanto as mulheres trans, provavelmente, irão passar por episódios de transfobia, independente de qual identidade utilizem para se definir.

De acordo com Carvalho (2018), a distinção entre os termos travesti e transexual pode ocorrer pela origem da atribuição do estigma (ou do desvio) entre as duas populações, haja vista que as travestis são consideradas pervertidas pela moralidade social, enquanto as transexuais são consideradas portadoras de um transtorno mental, isto é, são incorporadas em uma categoria médica.

Nesse sentido, o autor sinaliza que “ser um desviante moral, como no caso de travestis, implicará no manejo e na negociação constante com a oficialidade e a constituição de redes sociais associadas à marginalidade (...)”, enquanto que ser considerada uma desviante mental, “(...) como no caso de transexuais, implicará uma incorporação total ou parcial de uma experiência de gênero medicalizada, que provavelmente passará por um processo de construção identitária em interlocução com os saberes e práticas médicas” (CARVALHO, 2018, p. 10). Isto é, em função da *hexis* corporal e do capital cultural das diversas classes sociais, a identidade de gênero pode ser descrita pelo sujeito ou pela sua família como uma “safadeza” ou um “transtorno sexual” (*id, ibid*).

É importante sinalizar que o termo travesti, atualmente, é utilizado politicamente por diversas ativistas como uma forma de afirmação política de suas identidades. E, conforme apontado, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental em 2018, com a publicação do CID-11.

Segundo Miranda (2017, p. 2), as travestis e transexuais estão expostas à “(...) violência histórica e cotidiana e à ausência de políticas públicas contínuas que atendam a população trans em suas demandas específicas, como acesso à educação, saúde pública de qualidade, registro de nome social, atendimento especializado”. Neste sentido, ao discutir sobre as travestis que vivem na Itália, Carrijo (2012) afirma que “travestis permanecem invisíveis e silenciadas nas políticas públicas de acesso à seguridade social e cidadania, mas estrategicamente visíveis na argumentação sobre tráfico e exploração” (p. 535). Bento e Pelúcio (2012) sinalizam que esta afirmação também se aplica à realidade brasileira.

Além de serem consideradas “pervertidas” pela moralidade social e terem sido consideradas até recentemente “doentes” pela ciência, desde a tenra idade, as travestis enfrentam diversas dificuldades, uma vez que muitas sofrem preconceito na própria família, posteriormente na escola, no alistamento militar e no mercado de trabalho (ANTUNES, 2010).

Assim, alegam que acabam sendo empurradas para a prostituição, pois não puderam estudar e não conseguem emprego formal em lugar nenhum, reafirmam que, sem qualificação escolar, “(...) ganham mais reconhecimento comercializando seus corpos do que tentando se encaixar no mercado formal de trabalho” (ANTUNES, 2010, p. 12). Nesse sentido, “(...) elas precisam investir maciçamente no *design* e construção de corpos que sejam lucrativos (...)” e, nesse campo, “(...) enfrentam riscos de morte, pois estão em contato com a rotina violenta das noites urbanas (...)” (*id, ibid*).

As travestis e mulheres transexuais não gozam dos benefícios presentes na filiação trabalhista nem de diversos outros direitos sociais considerados básicos, pois não são consideradas cidadãs ou gente de fato, assim, os processos de subjetivação para além da simples sobrevivência material ficam comprometidos (JULIANI, 2017).

Silva, Souza e Bezerra (2019) pontuam que, ao entrecruzar as experiências de vidas cis e trans, encontram-se as pessoas trans como as ocupantes das condições mais inferiores da estratificação social brasileira, assim, conforme Bento (2015), torna-se possível pensar que os marcadores biológicos transformam-se em marcadores sociais da desigualdade.

A representação da mídia sobre as travestis, ao longo da história, colaborou com visões errôneas e enviesadas da sociedade. Veras e Guasch (2015) sinalizam que a mídia e a imprensa as retratou como figuras marginalizadas, desordeiras, que estão constantemente ligadas a roubos, brigas, assassinatos, vícios, prostituição e

etc. Juliani (2017) pontua que esta visão corrobora com as representações que as definem como corpos e sujeitos sociais ininteligíveis que, em relações de alteridade, garante aos sujeitos considerados “normais” os limites para a sua própria inteligibilidade.

Isso se dá, também, por meio do poder biomédico, que ao longo da história classifica os corpos, identidades e expressões de gênero em normais e anormais, estabelecendo padrões de normalidade e de anormalidade. Bento (2014) aponta que o principal elemento discursivo do processo de naturalização das identidades é a negação da possibilidade de se conferir humanidade àqueles sujeitos que vivem suas identidades além dos marcadores biológicos. Isto é, grosso modo, as travestis, mulheres trans e outras identidades de gênero consideradas desviantes não são vistas, de fato, como humanas.

Os gêneros inteligíveis, considerados “normais”, são aqueles que mantêm uma “coerência” entre sexo biológico/gênero/práticas sexuais e desejo (BUTLER, 2003), desse modo, essas identidades são reconhecidas e tidas como legítimas e transforma-se em patologia todas as expressões e identidades de gênero que desviam deste *script* de normalidade. Butler (2003) sinaliza que isto leva grande parte da sociedade a entender que as identidades desviantes do modelo normativo são falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, justamente, por não fazerem parte das normas de inteligibilidade cultural.

Butler (2003, p. 39), ao discorrer sobre as normas culturais fixas, rígidas e binárias que instituem os padrões de normalidade, indica que:

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas de inteligibilidade cultural.

Bento (2011) pontua que a naturalização das identidades de gênero e a patologização daquelas que fogem à norma produzem as margens, local dos seres abjetos, que tornaria estes sujeitos “mortos vivos sociais”. Segundo a pesquisadora, esta patologização é um processo pelo qual alguns sujeitos são dotados de humanidade em detrimento da desumanização de outros, a quem são direcionadas

as punições pelo descumprimento das leis de gênero. Assim, “(...) os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios médicos e nos espaços confessionais das clínicas. Lá os encontraremos, todos hierarquizados, classificados e especificados” (BENTO, 2011, p. 557).

Não à toa, até muito recentemente as identidades trans e travestis eram consideradas psicopatologias, transtornos mentais que constavam nos principais manuais diagnósticos, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID).

Este processo se dá, também, por meio da compreensão essencialista do gênero. Arán (2006) afirma que esta compreensão advém do seguinte pressuposto:

(...) sexo é algo definido pela natureza, fundamentado no corpo orgânico, biológico e genético, e de que gênero é algo que se adquire por meio da cultura. Esta compreensão se baseia na percepção de que o sexo — homem ou mulher — é um dado natural, a-histórico, e de que o gênero é uma construção histórica e social. Esta tese, porém, por um lado determinista e por outro construtivista, restringe em muito a possibilidade de compreensão das subjetividades e das sexualidades (ARÁN, 2006, p. 50).

Gayle Rubin (2003) discorre que o essencialismo sexual – a noção de que o sexo seria uma essência de ordem natural, vinda da natureza – criou novas categorias de sujeito ao ser incorporado ao discurso médico. Conforme Rubin (2003, p. 10):

Um tal axioma é o essencialismo sexual – a ideia de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições. O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos.

No entanto, estas noções desconsideram a construção histórica e social acerca do sexo/gênero, tendo em vista que, segundo Toneli (2012), os desenvolvimentos teóricos permitem pensar que o binarismo sexual é uma produção cultural e o corpo deixa de ser uma constante e passa a ser visto como uma variável.

Veras e Guasch (2015) sinalizam que a estigmatização e a abjeção à travesti, oriundas da confusão gerada pelas marcas corporais, comportamentos, seios de

silicone e hormônios, “(...) surgem como ameaça à pretensa coerência do sistema sexo/gênero, à suposta inteligibilidade dos gêneros e à fictícia verdade das categorias homem/mulher” (p. 43).

Deste modo, com base no que é esperado que o sujeito cumpra por possuir determinado órgão genital, há uma situação de inconformidade das expressões de gênero e, assim, se abre a possibilidade de desestabilização das normas de gênero, que, por meio de violências diversas, operam em um processo de marginalização das práticas e dos sujeitos considerados “anormais” (BENTO, 2011).

As travestis e mulheres transexuais, geralmente, são encaminhadas para diversos processos de violência, discriminação e exclusão social. Os diversos ciclos de exclusão a que são submetidas ao longo da vida as colocam à margem da sociedade e as impedem de acessarem direitos sociais básicos. Geralmente, sofrem hostilizações em suas famílias de origem, muitas são expulsas direta ou indiretamente de suas casas, da escola e do convívio social, a média de idade da expulsão dessas mulheres é por volta dos 12 anos (ANTRA, 2022; PELÚCIO, 2005), período no qual são confundidas com homossexuais afeminados.

A escola, conforme apontado, se apresenta como um espaço de violência para as travestis e mulheres trans, visto que ali sofrem *bullying* e diversas manifestações discriminatórias e, muitas vezes, não recebem o apoio adequado dos professores e demais educadores, que não sabem lidar com a diversidade humana.

De acordo com Bento (2011), a escola também se apresenta como mantenedora dos padrões sociais e invisibiliza essas violências sob o manto da evasão escolar, como se as travestis/mulheres trans evadissem voluntariamente dos espaços escolares e não fossem expulsas por meio de inúmeros processos de violência.

Sem apoio familiar, sem qualificação acadêmica e sem um convívio social considerado satisfatório, ocorre também a exclusão dessas mulheres do mercado de trabalho, haja vista que a maioria é empurrada compulsoriamente para a prostituição, que, muitas vezes, é considerado o único espaço em que é permitido que elas existam, convivam e adquiram a sobrevivência material. Na prostituição, estão cotidianamente expostas à violência das noites urbanas (ANTUNES, 2010) e enfrentam mais processos de discriminação.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) afirma que cerca de 90% da comunidade trans feminina encontra-se na prostituição ou possui esta

prática como fonte de renda primária ou secundária. A Associação afirma, também, que 6% trabalha na informalidade e apenas 4% possui empregos formais, com possibilidade de progressão de carreira e renda e com algum grau de proteção do Estado.

A realidade de trabalho no capitalismo é difícil para todas as pessoas, atualmente, em tempos de crise sanitária, social e econômica, a *uberização* do trabalho está em alta, oferecendo trabalhos sem nenhuma garantia ou vínculo trabalhista. No entanto, para as travestis essa realidade é ainda pior, dado que, historicamente, estiveram à margem da empregabilidade formal e precisaram exercer modos de sobrevivência precários, marginalizados e que apresentam riscos à sua integridade física e psicológica. Apesar disso, algumas travestis e mulheres trans conseguem se qualificar academicamente e exercer determinadas profissões, no entanto, ainda representam a exceção, não a regra.

Todavia, alguns avanços jurídicos importantes foram conquistados, como a possibilidade de retificar o nome e gênero diretamente no cartório, sem a necessidade de apresentar laudos psicológicos, psiquiátricos, sem processos invasivos de “comprovação de gênero” e sem a cirurgia de redesignação sexual. Este avanço foi possível graças a uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2018. Antes disso, as travestis, mulheres trans e demais pessoas trans que desejavam alterar seu nome e gênero precisavam recorrer à justiça, enfrentando longos processos judiciais e exposições vexatórias para terem seus gêneros legitimados e atestados.

Vale ressaltar que esta população, geralmente, vive em condições de vida precárias, alijada de direitos básicos e do acesso à informação e, mesmo as que têm o conhecimento deste direito, muitas vezes não conseguem efetivá-lo de fato, tendo em vista que o procedimento cartorário apresenta custos e taxa que tornam o processo inviável para muitas destas mulheres.

O direito ao nome social também foi amplamente discutido entre os movimentos sociais, tendo em vista que, apesar de ser considerado uma gambiarra jurídica (BENTO, 2014), por muito tempo era o único meio de as pessoas trans terem seus nomes respeitados nos espaços sociais e registrados em documentos oficiais, no entanto, o nome de registro (chamado de “nome morto” por ativistas) sempre aparece nos documentos e, portanto, o nome social foi e é constantemente desrespeitado socialmente.

Um ponto importante a ser destacado é a resistência por parte da academia em utilizar o termo “cisgênero”. Rotineiramente, ao tentarem fazer oposição às transexualidades/travestilidades, pesquisadores utilizam “heterossexualidade” ou “heteronormatividade”, erroneamente colocando estas categorias de identidade de gênero no mesmo rol da orientação sexual. De acordo com Beatriz Bagagli (2018, p. 14):

São raras as menções ao termo cisgênero em textos oficiais, como leis ou resoluções, trabalhos e artigos acadêmicos e mesmo em dicionários e em publicações referentes aos estudos de gênero. “Raras” para não dizer completamente inexistentes, apesar do crescente uso da palavra em espaços da internet, em especial em blogs feministas e militantes. A baixa utilização ou visibilidade do termo fora destes espaços, como em discursos oficiais/acadêmicos destoa em relação ao uso dos termos “transgênero”, “travesti” e “transexual”, sendo estes muito mais correntes, seja no uso acadêmico ou corriqueiro.

Em relação à etimologia do termo, Bagagli indica que cisgênero é uma palavra composta por justaposição do prefixo “cis” ao radical “gênero”. A autora aponta que “(...) o prefixo ‘cis’, de origem latina, significa ‘posição aquém’ ou ‘ao mesmo lado’, fazendo oposição ao prefixo ‘trans’ que significa ‘posição além’ ou ‘do outro lado’. ‘Cisgênero’ estabelece uma relação de antonímia com a palavra ‘transgênero’”. (BAGAGLI, 2018, p. 13).

A respeito da utilização da categoria cisgênero (ou cis), Silva, Souza e Bezerra (2019) observam que “(...) reconhecer o termo cis é perceber que a maioria das pessoas cisgêneras não terão que enfrentar uma violência nos moldes das transfobias cotidianas – ao contrário das pessoas trans” (p. 7). Os autores indicam que, muitas vezes, as pessoas trans terão suas vidas “(...) ceifadas justamente pela opressão transfóbica por, simplesmente, fugirem dos padrões cisnormativos da sociedade. Dentre as violências, tem-se então a expulsão de casa por suas famílias, da escola, dos serviços de saúde, entre outros” (SILVA; SOUZA; BEZERRA, 2019, p. 7).

Utilizar o termo cisgênero significa, também, marcar um lugar que se apresenta, em certa medida, como privilégio social, significa falar sobre os regimes de verdade que são construídos sobre os gêneros, sobre as “mulheres e homens de verdade”, e que muitas vezes aparentam formas espontâneas e naturais, mas que possuem como base a cisgeneridade compulsória (BAGAGLI, 2016).

Na atualidade, apesar das resistências ainda existentes, a adoção do conceito de cisgeneridade tem aumentado, sobretudo a partir de esforços de ativistas trans e

de transfeministas. O transfeminismo surge em uma perspectiva interseccional e traz ao debate as questões de pessoas trans.

Emi Koyama, no Manifesto Transfeminista (2003), indica que o movimento seria realizado, especialmente, para e por mulheres trans, todavia, ao buscarem sua libertação, estariam também buscando a libertação de todas as mulheres. Apesar deste objetivo principal, a autora sinaliza que o transfeminismo não é fechado a outras categorias identitárias, uma vez que também acolhe pessoas intersexo, *queers*, homens trans, entre outros.

Nesse sentido, autoras brasileiras contemporâneas propõem complementações a essa visão, como Jacqueline Gomes de Jesus (2014, p. 5), ao informar que:

(...) o transfeminismo pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivos sexuais divergentes do tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas.

Jesus (2014) também aponta que é no bojo do fortalecimento nacional do movimento transgênero, com a gradativa conscientização política da população trans “(...) e o reconhecimento da histórica resistência das pessoas transgênero brasileiras, em especial as travestis, e da aproximação efetiva desse movimento com o feminismo teórico e prático, que se começa a adotar o conceito de “feminismo transgênero” ou “transfeminismo”. (JESUS; ALVES, 2012, p. 14).

Conforme aponta Amara Moira Rodvalho (2017), o termo cisgênero surgiu setenta anos após a criação do termo transexual. Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) informam que o termo transexual foi criado pelo endocrinologista Harry Benjamin na década de 1950, por sua vez, o termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez em 1995 por um homem trans holandês chamado Carl Buijs.

Isto também ocorreu com a homossexualidade, que foi descrita inicialmente em meados do século XIX, enquanto a categoria heterossexualidade surgiu por volta do século XX. Tal fato pode sinalizar que as estruturas dominantes nomeiam primeiro

aquilo que é considerado “anormal”, desviante, na tentativa de descrever e encaixar em padrões patológicos de anormalidade.

Beatriz Bagagli (2016) informa que, assim como no campo da orientação sexual a heterossexualidade compulsória é norma, nas questões de gênero a cisgeneridade compulsória também se apresenta como norma. Isto é, o padrão de gênero considerado normal, correto, natural e sempre esperado é o da correspondência entre o sexo biológico, identidade de gênero e expectativa social, o correto e imposto é ser cisgênero.

Entre os anos de 2019 e 2020, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) realizou um estudo chamado Mapeamento de pessoas trans na cidade de São Paulo. Nele, são apresentados diversos indicadores sociais importantes sobre esta população com o objetivo de suprir lacunas existentes em dados oficiais.

Em relação ao exercício de uma atividade remunerada, este levantamento corrobora com os dados apresentados pela ANTRA (2022), visto que a principal ocupação das travestis e mulheres trans que participaram da pesquisa é a prostituição – 46% das travestis e 34% das mulheres trans (CEDEC, 2021).

Entre as que exercem outras ocupações, “(...) o tipo de vínculo de trabalho mais comum entre as travestis é o emprego informal ou autônomo, temporário e sem contrato (o popular “bico”) que alcança 72%”, o relatório aponta, ainda, que entre as mulheres trans este tipo de relação de trabalho estava presente em 62% das entrevistadas (CEDEC, 2021, p. 35).

O estudo também avaliou os índices de escolaridade da comunidade trans paulistana e chegou aos seguintes números: apenas 7% das travestis e 9% das mulheres trans entrevistadas possuíam ensino superior completo; 48% das mulheres trans e 39% das travestis possuíam ensino médio completo. Estes dados revelam que a maioria da população trans feminina entrevistada não possui o ensino médio completo, formação que é considerada básica para acessar o mercado de trabalho. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estima que cerca de apenas 0,02 desta comunidade está no ensino superior, e que 72% não possuem ensino médio e 56% o ensino fundamental.

Isto é, embora tenha sido realizado somente com pessoas trans que residem na cidade de São Paulo, este levantamento vai ao encontro da literatura disponível sobre o assunto (e.g., BENTO, 2011, ANTRA, 2022), que sinaliza que as pessoas trans, especialmente travestis e mulheres trans, sofrem preconceito, discriminações e

violências diversas no ambiente escolar, assim, são expulsas indiretamente. Vale ressaltar que estas violências, muitas vezes, são invisibilizadas sob o manto da chamada “evasão escolar”, sem levar em consideração os motivos e toda a hostilidade que as levaram a abandonar os estudos.

O levantamento do CEDEC também aponta que o espaço escolar foi o segundo onde mais ocorreram violências verbais, uma vez que 26% das pessoas trans entrevistadas relataram ter sofrido esse tipo de violência na escola.

Em relação à formação acadêmica e ao mercado de trabalho, o estudo informa que ter cursos, diplomas universitários e outras certificações, embora sejam requisitos importantes, não garantem a esta população, de fato, o ingresso no mercado de trabalho e “(...) nem a obtenção de um emprego na área em que se especializaram, uma vez que permanecem as barreiras da invisibilidade e do preconceito do mercado de trabalho em relação a esse segmento social” (CEDEC, 2021, p. 31).

A ANTRA sinaliza que, apesar dos esforços e de uma leve mudança no cenário geral, “(...) a inclusão de pessoas trans ainda é um desafio no mundo corporativo, e existem diversas barreiras para a inclusão, a garantia de permanência e possibilidade de sucesso para pessoas trans serem contratadas ou continuarem empregadas” (2022, p. 45).

A ANTRA estima, também, que apenas 4% da população trans feminina possui emprego formal, com possibilidade de promoção e progressão de carreira, ao passo que 6% estão em atividades informais e subempregos e 90% utiliza a prostituição como fonte de renda primária.

Em relação à violência praticada contra pessoas trans, cabe salientar que a maioria das vítimas dos assassinatos cometidos contra pessoas trans em 2021 era negra (81%) e exercia a prostituição de rua. Conforme aponta a ANTRA (2022, p. 50):

As informações levantadas nos últimos cinco anos nos revelam que uma pessoa trans apresenta muito mais chances de ser assassinada do que uma pessoa LGB cisgênera. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres trans, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos.

Em relação ao gênero das vítimas, a ANTRA (2022, p. 51) sinaliza que em 2021, das 140 vítimas de homicídios, “(...) 135 eram travestis/mulheres trans,

deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas”, que representam 96% dos casos.

Em síntese, a literatura tem apontado que as travestis e mulheres trans têm sido vítimas de preconceito e exclusão, principalmente no âmbito familiar e escolar. Nesta dissertação tratarei das dificuldades encontradas por elas para enfrentarem os desafios postos pelo mundo do trabalho contemporâneo. O próximo capítulo apresenta a análise das entrevistas realizadas.

3. TRAVESTIS, MULHERES TRANS E TRABALHO: TERMOS QUE COMBINAM?

A partir deste capítulo, serão apresentados trechos simbólicos e representativos das entrevistas realizadas, bem como as análises e reflexões que elas possibilitaram. De modo geral, as entrevistadas relataram dificuldades semelhantes para ingressar no mercado de trabalho, apresentam majoritariamente experiências com a informalidade e, também, todas afirmaram possuir experiências com a transfobia e a violência desde a infância. A relação, ou ausência de relação, com a família foi um ponto abordado por elas, assim como a discriminação, violência e exclusão que sofreram no contexto escolar. Os temas comuns abordados por elas são: acesso ao mercado de trabalho, informalidade, prostituição e relações familiares e sociais.

Optei por apresentar o conteúdo deste capítulo em modo de texto descritivo, sem apresentar separadamente as categorias temáticas, uma vez que elas encontram-se descritas implicitamente dentro de cada trecho apresentado.

Ana

A primeira entrevistada é uma mulher trans de 22 anos, bissexual, de identificação étnico-racial branca. Ana possui diversos cursos profissionalizantes, recentemente, ela concluiu um curso em um Instituto Federal. Ana relatou que, embora possua qualificação acadêmica e um bom currículo, não consegue emprego formal e é barrada na fase das entrevistas, na qual há o contato pessoal com o profissional responsável por selecionar novos trabalhadores. Com isso, Ana sentiu a necessidade de tornar-se uma profissional informal e vende doces para sobreviver. Ana contou uma situação que expressa o que vivenciou em uma entrevista de emprego, de acordo com ela:

Você não vai conseguir se inserir [no mercado de trabalho] por sua imagem, por sua vestimenta, sua própria cara. E não vamos nem colocar vestimenta, porque é uma questão de essência, mesmo querendo nos adaptar não conseguimos. Eu já tentei isso. Já fui selecionada para uma entrevista de emprego e

pensei: “meu deus, preciso muito desse emprego, o que vou fazer?”. Prendi o cabelo, coloquei uma calça formal e uma blusa formal, uma roupa social, não masculina, mas social. Mas a gente sabe que esse tipo de roupa não escapa muito do masculino. O que eu estava buscando naquele momento é que não me enxergassem como uma pessoa trans, mas eu fui trans, eu sou trans, e eles sabem disso. Em relação ao mercado de trabalho, percebo que nós, mulheres trans e travestis, somos mais marginalizadas que os homens trans. Geralmente, eles conseguem emprego, também porque atingem uma passabilidade⁷ maior e mais rapidamente. Eu fui conversar com uma professora que está me dando apoio de recursos humanos para a minha pesquisa, e ela me disse com todas as palavras: **“Ana, você não vai conseguir emprego se não for homem”**. (Ana, grifo nosso).

As informações trazidas por Ana vão ao encontro do que alguns estudos indicam: as mulheres trans e travestis apresentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho do que os homens trans e, após a transição de gênero, os homens trans percebem maiores oportunidades de trabalho e salário, ao passo que estas oportunidades diminuíram para as mulheres trans e travestis (SILVA; LUPPI, VERAS, 2020; MAGNO; DOURADO; SILVA, 2018; DAVIDSON, 2016).

Ana não conseguiu a vaga de emprego mesmo tentando não demonstrar que era uma pessoa trans, mesmo tentando ocultar ou disfarçar a sua identidade por meio das vestimentas. Tal apontamento, incluindo o que foi dito pela professora de Ana, podem demonstrar que a imagem do trabalhador ideal almejada pelos empregadores ainda é masculina, preferencialmente, a de um homem cisgênero.

A entrevistada disse:

A gente sempre é barrada, filtrada. Não vamos dizer que somos filtradas no primeiro lance, no caso de quem tem currículo. Eu

⁷ Termo que se refere ao fato de pessoas trans conseguirem “passar por” cisgêneras, isto é, no convívio social não são reconhecidas como pessoas trans e podem ouvir frases como, “nem parece trans”, ou “parece homem/mulher”.

tenho currículo, eu posso ser selecionada para uma entrevista, agora, chego na entrevista e o recrutador não vai nem olhar para a minha cara, não vai prestar atenção na minha capacidade. **É compreensível esse imaginário social de que travesti sempre precisa da prostituição.** (Ana, grifo nosso).

O fato de ser barrada nas fases iniciais dos processos seletivos é apontado por Garcia (2007). O autor indica que as pessoas que rompem com os padrões rígidos e binários de gênero, caso de mulheres trans e travestis, são penalizadas ao longo dos processos de contratação. Suas aparentes marcas da diferença ganham peso no momento do recrutamento e seleção, indicando barreiras nas fases iniciais de suas vidas profissionais.

Este trecho trazido por Ana, também, expressa a cruel realidade social que frequentemente recai sobre as travestis/mulheres trans, demonstra as barreiras impostas no acesso ao mercado de trabalho que, geralmente, as forçam a recorrer à prostituição como meio de sobrevivência. A respeito da prostituição e das condições sociais que geram esta prática compulsória, Ana sinalizou:

Parece que a prostituição sempre será o único caminho. E a gente acaba indo para muitos outros lados, para os vícios, a gente é bem estigmatizada nisso, a gente também tem motivos para se entregar, a gente tem que ter força para não, mas que temos muitos motivos para se mutilar, para odiar quem a gente é, nós temos. Temos muitos motivos para odiar nosso corpo, as nossas capacidades. (Ana)

Ana falou sobre as dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e indicou que, mesmo com qualificação escolar, ainda era barrada no acesso à empregabilidade. De acordo com a entrevistada,

Hoje, basicamente, apesar de todos os cursos e competências que tenho, me sustento como autônoma, porque não tenho espaço no mercado de trabalho. **Tenho experiência de trabalho informal, nunca com carteira assinada.** E comecei a

me dedicar aos estudos porque percebi que não teria espaço no mercado de trabalho e na sociedade se não estudasse, só que, mesmo com um bom currículo, me sentia fracassada porque não tinha um retorno do mercado de trabalho. E, com base nas vivências que tive, tentei não ir para a prostituição, tentei buscar algo que pudesse sair dessa opção. (Ana, grifo nosso).

As informações trazidas por Ana também são apontadas no mapeamento de pessoas trans realizado pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Este estudo indica que, apesar de representarem qualificações importantes, ter cursos, diplomas universitários e outras certificações não garantem, de fato, o ingresso da comunidade trans no mercado de trabalho, não asseguram, também, a conquista de um emprego na área em que se especializaram, considerando que permanecem as barreiras da invisibilidade e do preconceito do mercado de trabalho sobre este grupo (CEDEC, 2021).

Em relação à empregabilidade, Ana também informa que quem conseguia as vagas as quais disputava sempre eram pessoas cisgêneras, mesmo tendo uma qualificação inferior à sua. Tal informação demonstra que, em se tratando de travestis e mulheres trans, a qualificação acadêmica, muitas vezes considerada um requisito básico, tem menor valor do que a imagem do trabalhador ideal, uma vez que os empregadores parecem preferir qualquer pessoa cisgênera, mesmo com qualificação inferior, a uma pessoa transgênera. Mônica também faz esse apontamento, conforme será descrito na próxima seção.

Em relação ao período escolar, geralmente marcado por muita violência e hostilidade contra as travestis (BENTO, 2011), Ana disse que sofreu transfobia no começo de sua transição de gênero. De acordo com ela,

Ocorreu quando eu estava no Instituto [Federal do Piauí], quando comecei a usar roupas femininas. Um professor disse que eu era “mulherzinha” e eu disse “sou mesmo”. Ele me encaminhou à direção por isso, e as orientadoras pedagógicas disseram que era só uma fase, que eu era um homossexual e que não poderia ir com aquelas roupas, pois iria “queimar” a

imagem da instituição. Isto é, em nenhum momento elas trabalharam com a possibilidade de eu ser uma pessoa transgênera, **só quiseram eliminar a diferença**. (Ana, grifo nosso).

Este trecho exemplifica o modo pelo qual a escola trata as diferenças, sobretudo as diferenças mais visíveis, como as étnico-raciais e aquelas que destoam dos padrões de gênero e da cisnormatividade. Bento (2011) sinaliza que a escola é um espaço de manutenção e reprodução dos padrões de gênero e sexualidade hegemônicos na sociedade, apresentando-se, assim, como um espaço de exclusão e de profunda hostilidade àqueles que destoam das leis de gênero.

A respeito das discriminações que sofreu no período escolar, Ana também verbalizou os seguintes trechos:

(...) Quando eu fiz a minha transição em Ouro Preto, voltei para o Piauí uma vez para visitar a minha família, e eu voltei, também, para ver como estava o Instituto Federal em que eu havia estudado. Quando eu cheguei lá, todo mundo que curti as minhas publicações em que eu dizia “eu sou ela, eu sou trans”, dessas pessoas, ninguém me recebeu. Isso aconteceu comigo e com a outra trans que estava lá. Nós duas estávamos lá, nós duas fomos excluídas, nós duas não passamos pela comemoração de vestibular, e a gente tinha passado no vestibular como os outros, os outros alunos fizeram parte da comemoração, menos eu e ela. Oitenta e tantos alunos fizeram parte da comemoração, menos eu e ela. E a gente levantou a mão. Não saímos no *síte* da instituição nem aparecemos em publicação nenhuma, e todos os outros apareceram. (...) Uma vez a psicóloga e a assistente social falaram que eu era uma pessoa homossexual e que eu não poderia ir com as roupas que eu queria usar, porque isso iria **manchar a imagem do Instituto**. (Ana, grifo nosso).

Estes trechos a respeito das transfobias sofridas no período no escolar vão ao encontro do que sinaliza Bento (2011). A autora afirma que:

Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia [e transfobia]. (BENTO, 2011, p. 555).

Nitidamente, com base nos relatos da entrevistada, a escola e seus funcionários quiseram apenas eliminar a diferença, não desejaram lidar com o “desvio” que se apresentava. À custa do bem-estar das alunas “desviantes”, desejaram apagá-las de algum modo para que não “contaminassem” a imagem da Instituição.

Ana relatou, também, que sofreu diversas situações de transfobia, no sentido de as pessoas a sua volta terem dificuldade em reconhecer e compreender sua identidade. Em suas palavras,

Fora as transfobias cotidianas, como os “eles” rotineiros, apesar de toda a nossa vestimenta e expressão feminina. Usamos roupas femininas, maquiagem, expressamos a nossa identidade e sempre ouvimos um “ele”, “pega ali para ele”, e isso acontece dentro do nosso próprio círculo de amizades. É muito difícil a cisgeneridade entender de verdade o que é a travestilidade. (Ana).

É possível dizer que Ana e outras travestis e mulheres trans vivem uma angústia constante. Apesar de a expressão de gênero ser feminina e de todas as inúmeras explicações cotidianas, as pessoas cisgêneras parecem não compreender, de fato, o que é a travestilidade/transsexualidade. Frequentemente erram o pronome (em vez de dizerem “ela”, dizem “ele”), erram o gênero, por vezes erram até o nome, mesmo com os avanços desta discussão nas esferas sociais e com informações disponíveis gratuitamente na *internet*, mesmo com a presença de pessoas trans em suas vidas, mesmo com todas as longas discussões e explicações oferecidas às pessoas cisgêneras. Apesar disso, parece que a imposição biológica do gênero irá se sobressair, não importando o quão feminina a travesti/mulher trans seja, não

importando o enorme esforço e empreendimento mental que é realizado para explicarem exaustivamente sobre o mesmo assunto.

No que tange as relações familiares, que, frequentemente, se apresentam como não acolhedoras às diferenças de gênero, Ana não demonstrou ter vivenciado conflitos significativos. No entanto, verbalizou um trecho que define como a primeira briga que teve com sua mãe devido a sua identidade. Segundo Ana:

Há um bom tempo me identifico como uma “mina”, como uma mulher. Me lembro de uma cena que aconteceu aos oito anos de idade. Minha mãe estava lavando roupas e eu estava ajudando ela. Ao dobrar as roupas, vi uma blusinha dela que eu gostava muito, fiquei olhando e a minha mãe percebeu e disse: “uai, você está gostando, então, usa”. Percebi essa fala como um tipo de autorização. Eu coloquei e fiquei assistindo televisão atrás da porta, ela percebeu, ficou irritada e arrancou a blusinha de mim. Foi a primeira briga que tive com a minha mãe por questão de gênero. Depois disso, percebi que precisava sair de lá. (Ana).

Ana disse que, após a morte de seu pai, a família da parte paterna renegou sua mãe, ela e seu irmão. Também informou que ela não teve a recusa de sua mãe, não foi expulsa, disse, inclusive, que saiu de casa por volta dos 13 anos com o apoio dela, entretanto, também relatou que a maior parte de sua família não a quis. Isto é, o discurso de Ana demonstra algumas contradições. Por um lado, deu a entender que não tinha conflitos familiares significativos, por outro lado, relatou que a maior parte de sua família “não queria saber” dela. Tal informação pode revelar que para não entrar em contato com o sentimento de rejeição, Ana deseja acreditar que recebeu algum tipo de apoio familiar.

Laura

A segunda entrevistada foi Laura, uma mulher trans de 28 anos, branca e heterossexual, que atuava como cabeleireira. Laura contou que sua transição de

gênero começou por volta dos 12 anos⁸, quando ainda estava na escola. Naquela época, pouco se falava sobre questões de gênero e de sexualidade, desse modo, Laura relatou que se sentiu sozinha e perdida, sem entender o que estava acontecendo. Quando foi transferida para o turno da manhã, conheceu um menino *gay* e logo se aproximou dele, pois achava que esse contato a faria se entender melhor.

Nesse período, Laura achava que também era *gay*, dado que não tinha referência de mulheres trans e travestis em sua vida, no entanto, não sentia atração sexual por meninas nem por meninos. Desse modo, começou a pensar que não era *gay* e que não se tratava disso.

Ao ver mulheres em programas de televisão e revistas, deslumbrava-se e desejava ser como elas. Laura disse que era considerada a “bendito é o fruto”, isto é, preferia conviver e estar apenas com mulheres, identificava-se com elas e não com homens e com os assuntos relacionados ao universo masculino.

Sua família não conseguia entender o que acontecia com ela, seu pai disse uma vez “tudo bem você ser *gay*, mas fique com sua mãe, ela vai cuidar de você, não precisa se vestir de mulher”. Essa era a imposição: “tudo bem” ser *gay*, o proibido e impensável é ser trans, vivenciar outra identidade, romper com a cisgeneridade compulsória.

Todavia, Laura não conseguiu seguir essa imposição e, por meio de um programa de televisão no qual um médico falou sobre hormônios, ela entendeu que precisava tomar hormônios femininos para se feminizar, para ter as tão desejadas transformações físicas. Assim, começou a fazer uso de anticoncepcionais e seu corpo foi passando por mudanças, por exemplo, seus seios cresceram e o corpo ganhou outros contornos.

Em relação à empregabilidade, Laura conseguiu emprego em um salão de beleza através de sua cunhada, que trabalha em uma emissora de televisão e tem contato com o mundo da beleza. Laura disse que foi uma ótima experiência e que ali se encontrou, uma vez que os demais profissionais do salão e os clientes eram, em sua maioria, *gays* que conheciam pessoas trans e tinham acesso a essa realidade.

⁸ Algumas pesquisas, como as de Pelúcio (2005) e ANTRA (2022), indicam que por volta dos 12 anos ocorre a expulsão da família de origem em diversos casos, período no qual reconhecem seu gênero e começam a externa-lo.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que conseguia obter renda e sobreviver, teve acesso a procedimentos de embelezamento, hormonização, entre outros.

Entretanto, Laura relatou que as transformações ocorridas em seu corpo fizeram com que as outras pessoas a enxergassem de modo negativo. Segundo Laura,

Até o momento em que eu era um *gay* afeminado era chacota, era engraçado, era bonitinho, mas a partir do momento que meu corpo começou a tomar forma, a partir do momento que eu comecei a parecer uma mulher as coisas começaram a piorar. Enquanto era um *viadinho* estava tudo certo, mas quando entrei no salão, coloquei *mega hair* e o peito começou a desenvolver as pessoas passaram a me ver de um jeito ruim. Estava trabalhando há um ano e pouco e as pessoas não me viam, mas quando comecei a me transformar em uma mulher as pessoas me viram, passei a existir de forma negativa. Comecei a me sentir mal, porque eu queria evoluir de alguma forma e eu botei na minha cabeça que eu precisava fazer plástica, ser bonita para ser respeitada. E aí começou a dor de cabeça. (Laura)

O relato da entrevistada explicita que, após sua transição de gênero, começou a ser vista de modo negativo. Antes não era vista, vivenciava uma espécie de invisibilidade, depois que as modificações corporais ficaram nítidas, passou a receber uma visibilidade negativa e suas possibilidades de trabalho foram reduzidas, conforme será abordado ao longo do texto.

O que Laura chama de “dor de cabeça” são os procedimentos que fez em seu corpo para obter mudanças mais significativas. Ela se mudou para a capital de seu estado para fazer um curso de *mega hair*. Nesta nova cidade, ela e uma amiga trans injetaram silicone industrial.

Depois de dois dias trabalhando no salão estava maravilhoso, porque aqui não me davam oportunidade. Todas as agendas eram cheias, a minha era a última a encher, se sobrasse alguma coisa era para mim. Estava há três anos no salão, quase quatro,

e era dessa forma. Preciso dar um jeito de mudar minha vida, o salário para mim não está bom e não paga os meus sonhos. Fui para Curitiba, nos primeiros dois meses eu ganhei três vezes mais do que ganhava, entrei em um salão e já bombou, só que fui e fiz a *cagada*. Fiz meu curso, deu tudo certo, concluí. E minha amiga falou: “e aí? Vamos fazer, deu tudo certo, já conversei com a bombadeira [mulher que injeta silicone industrial em travestis, geralmente também é uma travesti]. “Quem que vai fazer primeiro? Eu faço”, disse minha amiga. Falei para ela algo assim: se tu não morrer, eu vou. Ela fez, eu fiz, passei por três sessões porque não dava para por tudo de uma vez, a gente era raquítica. Colocamos um litro de silicone industrial em cada lado do peito. E é pouca coisa, assim, não é muito, é o que eu tenho hoje de prótese. Não me dei bem com minha cunhada e meu irmão lá [em Curitiba] e voltei, voltei de peito, feliz da vida achando que agora eu sou bonita e as pessoas tem que me aceitar. E era só um peito. Só que eu não imaginei que um peito me traria uma carga tão negativa. (Laura).

Laura relatou que suas oportunidades de emprego em salões de beleza foram reduzidas após aparecer com seios. Isto é, mesmo em salão de beleza, um dos únicos espaços de trabalho no qual é permitida a presença travestis e mulheres trans, Laura não foi aceita.

Voltei para a minha cidade e liguei em um salão para tentar uma vaga, eu pensei que conseguiria emprego, não é? Porque meu ego é ótimo, sempre foi. Mandei currículo em um lugar, mandei em outro, ligava, falavam: “vamos fazer entrevista, vamos te chamar para um teste” e nunca me ligavam. Eu chegava e falava que era a Laura, eles diziam: “que legal, você trabalhou em tal lugar, você tem formação”, e eu confirmava. Me diziam para fazer um teste, cheguei lá, fiz um teste e na cara da pessoa estava estampado. Tive a conclusão de que depois que eu apareci com um par de peitos, depois que a gente bota peito a

gente quer mostrar os peitos, não é? A impressão que eu tive é: até o momento em que eu parecia um menino afeminado estava tudo certo, e o peito me trouxe uma cara de travesti que é prostituta, não é? Então, automaticamente, foi me empurrando para isso. Eu não digo que é culpa da sociedade, porque eu também fui, uma coisa induz a outra. São muito pesadas as formas que as coisas acontecem, porque era meu sonho ter um peito e eu jamais o tiraria por causa de um trabalho, mas era nítido que me viam dessa forma. Eu até conseguia encontrar um emprego ou outro, em salões menores, ganhando muito menos do que eu ganhava, tentei ficar ali por bastante tempo, pulando, vendo se eu conseguia melhorar, mas era o máximo que eu conseguia. (Laura)

É possível perceber que Laura tentou continuar no ramo da beleza, tendo em vista que tinha experiência e cursos, um bom currículo. Porém, após romper com a cisgeneridade compulsória, após mostrar-se ao mundo como verdadeiramente é, suas possibilidades foram reduzidas e foi empurrada para a prostituição. Outro fator foi decisivo para Laura começar a se prostituir: o silicone industrial injetado em seu corpo provocou reação, seus peitos começaram a ficar com coloração roxa e aspecto necrosado. Laura ficou bastante preocupada com isso e dizia que tinha uma “bomba-relógio” dentro de si. E, também, precisava de uma quantidade significativa de dinheiro para fazer a retirada da substância e a reparação de seus seios, mas o que ganhava não era suficiente.

Com dezenove anos, meu peito rejeitou, minha prótese rejeitou. Eu estava trabalhando no salão e não estava ganhando mal, mas não dava para pagar uma cirurgia reparatória. E aí eu peguei e fui fazer o que? Lá em Curitiba eu tinha feito programa porque tinha conhecido algumas meninas, mas fui na empolgação. O que eu fiz? Precisava de 7 mil reais e ganhava mil, na época era um salário bom, mas eu teria que trabalhar sete meses economizando para conseguir fazer uma cirurgia e uma bomba-relógio estava dentro de mim. Sabe a perna de

Andressa Urach que estava toda roxa necrosada? Meu peito ficou igualzinho. E aí eu falei: cara, o que eu vou fazer? Comecei a fazer programa. Comecei a viajar de cidade em cidade para que ninguém soubesse, para que ninguém falasse nada aqui. Tive sorte. A namorada do meu primo era uma travesti mais antiga e conhecida aqui, e ela meio que era uma “costa-quente” aqui, sabe? Ninguém mexia com ela. Então, todo mundo queria me bater, mandar me zoar [expressão que significa pagar alguém para agredir ou causar outro dano a outrem], roubar, mas eu sempre estava ao lado dela, então ela me protegia e eu sou muito grata por isso. Ela foi minha salvadora. Comecei a fazer programa aqui, comecei a morar com ela, meu pai descobriu, a gente teve uma briga bem feia. Eu ajudava, sempre ajudei meus pais dentro de casa, a gente ficava ali morando perto. Nessa época, eu acho que ainda estava morando com eles até me estabilizar e arranjar uma casa, mas isso foi questão de dias, duas ou três semanas. Eu e meu pai brigamos por causa do meu irmão e ele [o pai] falou que eu era o motivo maior de sua vergonha. Eu comentei que me prostituía e ele falou: “não, não é por isso, você sempre foi uma vergonha para mim”. Eu falei: “quer saber? *Foda-se*, eu não vou ficar com uma bomba-relógio dentro de mim, me escondendo por causa de vergonha da família, minha família acha que eu só trago vergonha, então eu vou trazer vergonha para eles mesmo. Comecei a fazer programa na rua, anunciar em site e não me arrependo nem um pouco disso. Fiz programa, viajei por várias cidades e consegui dinheiro para as cirurgias plásticas que precisei. Não me arrependo do que eu fiz. (Laura)

Laura trouxe uma visão positiva sobre a prostituição, disse que foi uma aula para ela. Relatou que passou a se conhecer, sexualmente, e isso a fez enxergar seu corpo de outra forma, de modo positivo. Laura apontou que os clientes não eram perigosos, disse que poucos ofereciam riscos. Em sua visão, as outras garotas de programa e outras travestis representavam um risco muito maior a ela.

Todas as vezes que eu sofri ataque foi por causa delas. Sempre fui muito perseguida. Eu sofri muita pressão, ligação de ameaça, me botaram para correr em uma esquina, mandaram entrar na minha casa para me roubar, mandaram entrar na minha casa para me matar, roubaram a minha bolsa, todas as vezes foram elas. Então, eu tenho bastante medo de ter uma relação amigável com outras pessoas trans, com outras mulheres trans por causa disso. A minha melhor amiga já armou casinha para mim [expressão que significa preparar uma armadilha para alguém, uma espécie de emboscada, geralmente envolve violência], a fulana que estava bebendo comigo na esquina já aprontou comigo. (Laura)

Laura apresenta duas visões sobre a prostituição, uma positiva e outra negativa. A visão positiva se deve a: ter se conhecido melhor após a prostituição; ter visto seu corpo de modo mais positivo (antes sentia nojo do próprio corpo); desenvolvimento sexual; dinheiro para pagar os procedimentos estéticos; recursos para retirar o silicone industrial e reparar os seios; ganhar a quantidade de dinheiro que desejar; receber pagamentos o tempo todo. A visão negativa se deve à violência e ameaças diversas que sofreu por parte de outras travestis, roubos, ameaça real e constante a sua vida e pressão contínua.

Laura disse frases simbólicas e que representam sua visão atual sobre a prostituição: “o meu maior medo, que eu agradeço a deus todos os dias, é por não precisar fazer mais programa”, “o meu maior medo é precisar voltar para a prostituição, faço qualquer coisa, vendo salgado na rua, mas não volto”. Laura definiu essa experiência como traumática.

Em relação ao período escolar, Laura disse:

Sofri bastante no tempo de escola, porque não queriam me chamar pelo nome que escolhi. Acabei terminando os estudos em casa. Sofri, também, porque era uma travesti adolescente e não tinha mais ninguém no colégio como eu, não tinham outras trans e travestis, eu não tinha referências, até que um dia eu me

mudei para o turno da manhã e tinha um menino que era gay e eu fiquei chocada, porque não estava mais sozinha. Eu fiquei com ele, mais por curiosidade para saber como era do que qualquer coisa. Nos beijamos, o menino era meio gótico, enfim, ele abriu um mundo de possibilidades na minha cabeça, a gente conversou bastante sobre isso e, pelo preconceito que ela sofria na escola, ele acabou se matando um ano depois. Foi bem *trash!* (Laura).

O relato de Laura expressa o desrespeito ao nome social, que pode desestimular a criança ou adolescente trans a frequentar o espaço escolar. O nome social, conforme aponta Bento (2014), apesar de ser visto como uma gambiarra jurídica, por muito tempo foi o único meio de as pessoas trans terem seus nomes registrados em documentos e em listas de chamadas. Há diversas portarias estaduais e federais que preconizam esse direito, inclusive no âmbito do Ministério da Educação (BRASIL, 2011), no entanto, como foi possível observar no relato da entrevistada, este direito não foi respeitado, fazendo com que ela abandonasse a escola.

O trecho destacado também aborda o suicídio de seu amigo. De acordo com Oliveira e Vedana (2020), em comparação com a população geral, alguns estudos têm demonstrado maior risco de tentativas de suicídio para a população LGBT. Os autores indicam que os jovens LGBTs também apresentam taxas significativamente mais altas de depressão do que o restante da população. Oliveira e Vedana (2020) sinalizam que nos Estados Unidos estima-se que 8% dos homens e 13% das mulheres cisgêneros e heterossexuais tinham ideação suicida, ao passo que entre a comunidade LGBT essa taxa foi de 36% a 42%, além disso, estima-se que, ao longo da vida, 20% da comunidade LGBT adulta já tentou suicídio.

Sobre a relação com a família, a entrevistada disse que “não é 100%”. Ela informou que mora em uma *kitnet* que é de seu pai, mas faz questão de pagar o aluguel assim como qualquer outra pessoa, para não dar motivo de dizerem algo. Laura também relatou que seus pais são conservadores e evangélicos e, para a sua mãe, todas as coisas giram em torno de “deus falar”. A entrevistada disse que tem dificuldades para expressar suas ideias aos pais. Laura relatou que argumenta com sua mãe que se aparecem boas clientes em seu salão todos os dias e se tem condições de viver bem, é porque “deus quis”, em suas palavras.

Isto é, percebe-se que Laura, de algum modo, tenta entrar na lógica religiosa de seus pais, especialmente na da mãe, para argumentar e justificar seus posicionamentos e ganhos. É uma tentativa de negociação, de lidar com os pais para obter algum grau de respeito, ou, até mesmo, aceitação perante eles.

Mônica

A terceira entrevistada foi Mônica, ela tinha 22 anos, uma travesti negra, bissexual e profissional informal. Mônica morou em várias cidades brasileiras, como Sarandi (PR) e Campo Grande (MS), locais nos quais teve experiências mais significativas de trabalho, atualmente mora em Salvador (BA). A entrevistada trabalhou e trabalha em várias áreas, em ramos artísticos, culturais, de beleza e com a confeitaria, vendendo doces nordestinos, ocupação que estava exercendo na época da entrevista.

Ao ser questionada se havia percebido alguma diferença no acesso ao mercado de trabalho entre antes e depois de sua transição de gênero, ela disse que, após a transição, as possibilidades de emprego foram reduzidas e apontou, basicamente, três áreas que restaram: beleza, prostituição e tráfico de drogas. Isto é, a complexidade e a potencialidade humanas são reduzidas a poucas áreas profissionais, como se estas mulheres não fossem capazes de desempenhar outras funções em razão de sua identidade de gênero.

Antes da transição eu tinha, talvez, possibilidades. Meu corpo tinha um leque de profissões que poderia exercer. Tinha o aval da cisgeneridade masculina, mesmo sendo uma *bixa*, porque *bixa* é o que? É *viado*, então é *ok*, ainda é um cara, então está ótimo. Eu podia fazer o que eu quisesse. Após a transição, as possibilidades são reduzidas. Não que as possibilidades são reduzidas de fato, mas o mercado de trabalho te induz a acreditar piamente que as possibilidades são reduzidas. Então, você vai ser cabeleireira ou manicure, agora eu estou fazendo curso de manicure, olha como a gente tem de entrar na lógica do sistema! As gatas têm que estar fazendo alongamento de unha. Vocês querem a gente na saúde, beleza e bem-estar,

então a gente vai, mas mesmo assim é uma redução, porque não é isso que eu quero fazer, não é isso que eu gosto de fazer. Então é redução, é reduzido a um campo específico de atuação no mercado de trabalho, caso você queira ser aceita. Como secretária você não vai ser [aceita], como professora também não, como médica não, como engenheira não. Então, é **salão de beleza, ou prostituição, ou tráfico**. (Mônica, grifo nosso)

Tais informações vão ao encontro do que sinaliza Irigaray (2010) ao afirmar que, quando aceitas no mercado de trabalho, travestis e mulheres trans ocupam posições operacionais e subalternas, muitas vezes, em indústrias específicas, como a de entretenimento, lazer e beleza.

Em relação à prostituição, Mônica desejava que esta profissão fosse regulamentada, dado que, segundo ela, havia demanda profissional e clientes que, historicamente, “consomem” estes corpos.

Eu não sei porque não regulamentaram ainda esse mercado de trabalho. Se existe uma demanda profissional, se existe uma clientela histórica, secular e que nunca para de consumir esse produto, o que o capitalismo está esperando para lucrar em cima disso? Mas é porque as pessoas nem veem como uma profissão, é tida como uma pessoa *puta*, que não quer trabalhar. E é uma profissão sim, um trabalho sim, que exige preparo antes, durante e após o programa. Ninguém que vai fazer um programa levanta e vai. Gasta água, gasta creme, perfume, cabelo, maquiagem, roupa, disposição, tempo, você se locomove, você tem que atuar, é um trabalho muito *fodido*, porque você está sob o comando de quem te contrata. Se a pessoa falar “quero sem pelo” e se você estiver com pelo, você vai ter que se depilar. Se a pessoa disser “gosto assim e não assim”, você vai ter que fazer porque a pessoa está pagando. É uma profissão, é um trabalho, que precisa ser regulamentado. (Mônica)

No Brasil, a prostituição é considerada uma ocupação (número 5198-05) na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2002. Nas condições gerais do exercício, há a seguinte descrição:

[As prostitutas] trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, em horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostas à inalação de gases de veículos, a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2008, s/p).

No entanto, na descrição sumária consta que aquelas/es que atuam nesta ocupação “buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão” (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2008, s/p).

Tais descrições fornecidas pelo Ministério do Trabalho demonstram uma contradição. Por um lado, apresenta os que exercem essa ocupação como pessoas que estão, praticamente, abandonadas à própria sorte e expostas a diversos riscos. Por outro lado, na descrição sumária da ocupação há a tentativa de apontar aspectos mais positivos, como se esta atividade fosse exercida com algum grau de segurança.

A primeira descrição da prostituição indicada na CBO apresenta semelhanças com as informações trazidas por Mônica. Em seu relato, a entrevistada verbalizou alguns trechos que expressam os riscos dessa prática: “os clientes pagam para abusar”, “quando [as prostitutas] não querem ser consumidas, levam facadas, tiro, violência”, “eu e uma amiga já sofremos uma perseguição na rua, porque estávamos voltando de um trabalho e recusamos o programa, eles atiraram uma pedra em nossa direção”, “para sobreviver, colocamos a vida em risco”.

Mônica disse que enquanto esta profissão não for regulamentada, será uma prática abusiva e perigosa. Em suas palavras,

Enquanto não existe essa regulamentação, a gente precisa entender que se os corpos trans e travestis acessam a prostituição de forma compulsória em um Estado e sistema transfóbicos, é estupro, é um abuso sexual em prol da sobrevivência, em prol de um *lajô*, de um *acuer* [expressões que

significam dinheiro], mas é um abuso. A partir do momento que existir a regularização, a regulamentação desse mercado de trabalho, daí a gente entende que não é mais uma relação de abuso, mas completamente uma relação profissional. O cliente que mata a travesti que está trabalhando com a carteira registrada vai preso, vão saber quem foi. Da mesma forma, quando você viola a embalagem de um estabelecimento você paga pela embalagem. Se você consome, você paga. Se você quebra um copo de vidro, você paga o copo de vidro. Se você rouba o mercado, te encontram. Então, a partir do momento que a gente regulamenta, a gente acessa os direitos trabalhistas e tem muito mais segurança, porque a gente pensa até em postos de atendimento, não tem mais dessa de “local”, o local é um posto de atendimento. Se você quer consumir, você vai no posto de atendimento, consome, deu seu expediente você pega suas coisas e vai embora e já era. Debater tudo isso é uma demanda social e cansa, não é? Porque as pessoas não entendem que [sexo] não é só prazer, mas também um trabalho. (Mônica)

Com base no relato de Mônica, é possível perceber que, de algum modo, a entrevistada concebe que a empregabilidade formal, a conhecida expressão “de carteira assinada”, traz algum grau de segurança. Esta informação vai ao encontro do que sinaliza Nardi (2003), que indica que a empregabilidade formal insere quem trabalha na lógica protetora do Estado.

Mônica teve uma experiência profissional que considera ser próxima à formalidade. Ela trabalhou com *marketing* de beleza, oferecendo e vendendo produtos de uma conhecida marca de cosméticos. Mônica informou que não foi registrada, sua atuação foi regularizada por meio de contrato. Nesta realidade de trabalho, estava em contato com outras mulheres trabalhadoras, mas elas eram cisgêneras, isto é, se identificavam com o gênero imposto durante o nascimento. Ao ser questionada sobre este trabalho, Mônica disse:

Quando a gente fala de um corpo cis[gênero] dentro de um ambiente de trabalho, a gente quer entender o corpo cis[gênero]

no ambiente de trabalho. Quando a gente fala de um corpo trans no ambiente de trabalho, a gente quer entender como toma banho, como come, como faz sexo, como anda, menos sobre o trabalho da pessoa. A pessoa está trabalhando, mas eu quero conversar sobre qualquer outra coisa. (Mônica)

Mônica relatou que não considerava este ambiente de trabalho agradável. Suas vendas bem-sucedidas geraram certa competição e hostilidade nas demais vendedoras. Segundo a entrevistada, para as outras vendedoras não perderem a possibilidade de assumir um cargo mais alto que, possivelmente, seria de Mônica, dado que suas vendas superavam as da demais, suas colegas de trabalho organizaram um tipo de complô para que ela fosse demitida. Após sair deste trabalho, Mônica disse que era ignorada na rua por suas antigas colegas de trabalho, mesmo tendo oferecido ajuda a elas em situações anteriores.

Mônica disse que considera que sofria transfobia no trabalho, tendo em vista que sua presença causava incômodo no ambiente. Sempre quando falavam sobre ela, os assuntos eram relacionados a sua identidade de gênero. Mônica disse que, constantemente, faziam perguntas acerca de sua vida sexual, seu corpo, seus aspectos físicos, questões que não tinham relação com o ambiente profissional.

Mônica verbalizou uma situação que vivenciou enquanto trabalhava vendendo doces na rua. Segundo a interlocutora, um homem chegou até ela e falou: “vem cá, você é...” Ela respondeu: “como assim o que eu sou? Eu sou uma mulher, o senhor não está vendo que eu sou uma mulher? Olha, eu me porto como mulher, eu pareço uma mulher, me visto como mulher”. O homem, em seguida, questionou a respeito de qual órgão genital Mônica possuía.

Nitidamente, algumas pessoas parecem não se importar em fazer perguntas que não fariam às pessoas cisgêneras. Com isso, pode-se dizer que, quando se trata do corpo de uma mulher trans ou travesti, os limites da respeitabilidade e intimidade são facilmente quebrados, dado que, mesmo sem conhecer a pessoa trans que ali está, algumas pessoas cisgêneras fazem questionamentos íntimos e desnecessários, que nada tem a ver com a ocupação que está sendo exercida. Mônica disse que:

Até mesmo trabalhando, a transfeminina, a transfeminilidade, a travesti ainda não está trabalhando. Não importa o que ela está

fazendo, o corpo dela ainda é um objeto que eu posso acessar, perguntar o que eu quiser, na hora em que eu quiser, ou fingir que nunca conheci no ambiente de trabalho. (...) Isso é o que ocorre no mercado de trabalho, não sei o que acontece na cabeça dessa galera, mas é como se a gente estivesse ali o tempo todo, enquanto a gente trabalha, para servir de consultora sobre transgeneridade. Parece que estou trabalhando e tenho tempo para falar sobre como é ser trans, e não, eu não tenho tempo, estou trabalhando. (Mônica).

Estes relatos estão em conformidade com o que aponta Juliani (2017). Ao referir-se a respeito da inserção de pessoas trans no mundo do trabalho, o autor informa que, nas raras vezes em que esses trabalhadores são incluídos, "(...) eles passam por situações de constrangimento, são alvo de piadas e de divulgação vexatória da sua presença na organização, são alocados em vagas tidas como próprias do gênero com o qual se identificam, ou ainda, em 'postos de trabalho invisíveis'" (...) (JULIANI, 2017, p. 34).

A respeito disso, Mônica também expressou mais alguns trechos simbólicos:

É um olhar estranho, é um olhar de análise constante, um olhar de crítica. A pessoa te deixa desconfortável porque ela está desconfortável, e isso reflete em você. Porque você pensa: "poxa, meu corpo te traz desconforto". E eu vou ficar desconfortável também. O que você está analisando? O que você está olhando? Medindo? O que você tem procurado em meu corpo? Por que você está reparando meu corpo, meu pé, minhas nádegas? Por que você está reparando meu queixo? Você tem procurado o que? Sabe, todas essas pequenas agressões acabam desgastando muito o psicológico da travesti no ambiente de trabalho e acaba se tornando preferível a prostituição. (Mônica).

Percebemos semelhanças entre os relatos de Mônica, Laura e Ana, todas disseram que antes da transição de gênero tinham maiores possibilidades de

emprego, eram incluídas com mais facilidade no mercado de trabalho e, após transicionarem, as possibilidades foram reduzidas, mesmo nas poucas áreas em que tradicionalmente é “permitido” que travestis e mulheres trans atuem, como a área da beleza. Esta informação está de acordo com Silva, Luppi e Veras (2020), que indicam que, após a transição de gênero, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho diminuem para as mulheres trans e travestis.

No ambiente de trabalho, Mônica percebeu que ocorrem diversas violências advindas de mulheres e homens cisgêneros. Ela fez um comparativo: o tratamento dos homens cisgêneros, geralmente, se dá de modo mais rudimentar e sexualizado, em suas palavras, “eles te xingam porque querem consumir o teu corpo, como não podem, te ofendem”; já o tratamento e o olhar das mulheres cisgêneras ocorrem de modo mais analítico, crítico, com algum grau de competição feminina. De acordo com Mônica, “a menina cis[gênera] no ambiente de trabalho está o tempo todo me analisando, tentando descobrir em mim quais são os traços ‘de homem’ que possuo”. Mônica verbalizou os seguintes trechos bastante representativos: “vocês estão competindo para saber quem é mais violento?”, “como é que a gente debate uma vida saudável no mercado de trabalho se, além de não sermos inseridas, quando somos, não temos paz?”

Mônica trouxe, também, um episódio de transfobia e racismo que ela, seu companheiro à época e uma amiga sofreram. Ela relatou que, ao procurar a delegacia para registrar a ocorrência, o delegado disse que racismo e transfobia não eram crimes, pois “ninguém é obrigado a gostar de ninguém”, mesmo com a Lei do Racismo tendo sido criada em 1989 e, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) ter equiparado a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Mônica se sentiu completamente desassistida e desamparada pelas instituições que, com base nas leis vigentes, deveriam defendê-la. Em suas palavras, Mônica disse: “eu me vi desamparada completamente por todos os sistemas do Estado, pelo sistema de saúde, de segurança pública, educacional (...) Nenhum desses sistemas inserem e estão preparados, ou querem, a presença de corpos trans neles (...) Realmente, a delegacia é um espaço destinado para que os nossos corpos ocupem somente as celas, [como se] a gente não sofresse com os crimes, apenas cometesse”.

Sobre as relações familiares, Mônica relatou que ainda mantém contato com a sua família, embora, no momento da entrevista, ela e a mãe estivessem brigadas, mas não por conta de sua transgeneridade. Mônica, a respeito de sua criação, disse:

Criou um corpo para estar no mercado de trabalho de formal, sei lá, mas sempre colocaram essa noção em mim, de “estudo e crescimento profissional”, como se fosse uma máquina. Não tive infância, não brinquei com as outras crianças na rua, eu só podia estudar, pensar sobre a matéria da escola, ler e fazer tabuada. A minha mãe sempre me manteve em um cativeiro e, agora, depois da minha transição de gênero, ela quer a minha presença na casa dela, para um novo cativeiro. Há um tempo eu tenho percebido o quanto ela me quer lá, mas não me quer lá morando com ela, me quer dentro da casa dela, ajudando ela, fazendo as coisas com ela, não é, tipo, “venha, aqui também tem seus amigos”, não, não existem outras pessoas lá, é apenas ela e meu pai. Será que tem a ver com ser uma pessoa trans? Será que isso tem a ver com a relação de perigo e preocupação por ser uma transfeminilidade na rua? Ou será que ela quer me prender dentro de casa para uma terapia familiar de reversão de gênero? Eu fico paranoica! Fico pensando [em tom de descontração]: gente, ela vai me bater com um pedaço de pau até eu falar meu nome de registro, “fala seu nome de verdade, você é macho”. Então, a minha relação com a família, nesse momento, talvez seja de um pouco de medo de ter um contato próximo e físico com eles, porque eu não sei o que se passa na cabeça deles, mas eu tenho contato com eles, sim, embora minha mãe, talvez, queira me manter em cativeiro. (Mônica)

Apesar dos termos utilizados por Mônica, como cativeiro e “vai me bater com um pedaço de pau”, foi possível perceber que, aparentemente, a relação com sua família não se dá de modo extremamente negativo ou traumático. A entrevistada relatou que sua mãe respeita os pronomes de tratamento e lhe chama pelo nome correto, que foi escolhido pela interlocutora. No entanto, ela sente receio de visitar os pais porque ainda não tiveram um encontro pessoal após a sua transição de gênero. Assim, apesar do aparente respeito a sua identidade, Mônica teme que na prática o tratamento seja diferente.

Mônica contou, também, que sua mãe não desejava ter uma menina, possivelmente, para que ela não sofresse os efeitos negativos de uma sociedade fortemente marcada por estruturas machistas e patriarcais. Em relação à aceitação de sua identidade por parte de sua família, a entrevistada disse que grande parte de sua família não aceita, inclusive, suas primas jovens. No entanto, percebe-se que seus pais lidam, por vezes, de modo positivo com a sua identidade, a legitimando em alguns momentos, como, por exemplo, na seguinte frase proferida por sua mãe: “você tem que honrar sua classe” [a mãe se referia a classe feminina ao pedir para que a filha usasse roupas que expusessem menos o seu corpo]. Mesmo esta frase podendo ser interpretada de modo problemático, como uma expressão machista no sentido de “a mulher tem de se dar o devido valor”, sua mãe a incluiu, de algum modo, na categoria mulher.

A respeito dos momentos em que contou a sua mãe sobre sua sexualidade e, posteriormente, sobre a identidade de gênero, Mônica disse que sua mãe “quase morreu” quando ela, à época, disse ser homossexual. Inclusive, desejou que ela morresse de HIV, reiterando preconceitos historicamente relacionados à comunidade LGBTI, como o estigma de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Entretanto, quando teve a assunção de que, na verdade, era uma mulher trans e contou a sua mãe, a entrevistada disse que a reação dela foi muito mais tranquila.

Mônica disse que no período da infância ouvia frases que impunham um padrão de gênero rígido e tradicional a ser seguido, a saber: “como você tem um jeito estranho”, “é assim que você tem que se portar”, “não é assim que um homem tem que ser”, “como você não olha para as meninas?”, “fala que nem homem”.

Frases como essas revelam que desde a infância os adultos tentam, a todo custo, encaixar as infâncias LGBTIs em padrões de gênero rígidos, fixos e binários. O “fala que nem homem”, por exemplo, reforça o paradigma de reprodução do (cis)heteroterrorismo (BENTO, 2011).

Mônica também contou que é uma pessoa intersexo⁹ e, por isso, quando criança seu corpo apresentava algumas formas femininas. Com isso, acabou sendo a atração da família em algumas festas, dançava bem, os adultos formavam uma roda

⁹ Intersexo é o termo utilizado para designar pessoas que nascem com características biológicas que não se encaixam nas categorias, descritas por normas médicas e sociais, tidas como tradicionais de corpos “femininos” ou “masculinos”, e que podem gerar risco de estigma e discriminações diversas.

para assisti-la e a chamavam de Carla Perez. Mônica contou que, com três anos de idade, “passei por uma cirurgia de reorganização interna. Meu órgão externo era um pênis, mas a organização interna era de um sistema vaginal. Aí tive que fazer cirurgia de canal para o xixi, tirar, por, e todo mundo da família sabia disso”.

A entrevistada contou que sua mãe questionava seus comportamentos e dizia: “por que você é assim? Já te submeti a cirurgia, o médico já reorganizou o que tinha que reorganizar”. Sua mãe apresentava certo essencialismo biológico ao questionar o porquê de Mônica ser feminina, apresentar comportamentos que destoavam dos padrões de gênero tradicionais, se o médico já tinha “organizado tudo”.

Para finalizar, Mônica trouxe um relato que exemplifica uma situação em que, mesmo, aparentemente, sendo a pessoa mais qualificada, não foi contratada.

Fui fazer uma entrevista em uma rede grande de supermercados. De longe, eu era a pessoa mais qualificada dali, pela minha experiência profissional, pela formação acadêmica e pela forma das dinâmicas, pela forma que conduzia os testes, como a redação. Então, imagine esse cenário: uma entrevista de emprego em uma rede de supermercados *big* no Sul do país, para uma vaga de atendente de caixa e recolha de carrinhos no estacionamento, com uma redação na qual o tema era redução da maioria penal [tema sobre o qual a entrevistada demonstrou ter conhecimento e afinidade], com outros candidatos não tendo nem o ensino fundamental naquela sala. Então, naquele processo seletivo, de longe, eu era o corpo com um pouco mais de qualificação, com mais oportunidades e, por conta delas, pude me qualificar. E não me chamaram, a questão foi o momento em que ela pegou o meu documento não retificado [com o nome civil e foto considerados masculinos].
(Mônica).

Tal relato vai ao encontro do que afirmou Ana. Ambas, mesmo tendo uma qualificação melhor em relação aos demais candidatos, não conseguiram as vagas que estavam disputando. As duas entrevistadas sinalizaram que a recusa se deu em decorrência de suas identidades de gênero, demonstrando que, conforme aponta o

relatório do CEDEC (2021), em se tratando de pessoas trans, nem sempre a chamada qualificação garantirá a vaga, permanecendo as enormes barreiras de acesso ao mercado de trabalho fundamentadas na transfobia.

Bianca

A quarta entrevistada foi Bianca, travesti de 47 anos, branca, heterossexual, atualmente, trabalha em uma rede de supermercados. Bianca passou por inúmeros processos de violência, transfobia e exclusão. Assim como a maioria deste grupo social, Bianca teve de recorrer durante muitos anos à prostituição para sobreviver, mas também teve experiências profissionais formais.

Ao falar sobre suas experiências com empregos formais, Bianca verbalizou trechos simbólicos que coadunam o que pesquisadores do trabalho afirmam (SOUZA, 2012; NARDI, 2003). De acordo com ela,

Quando a gente está na formalidade, a gente tem aquele sentimento de pertencimento ao sistema, porque a vida inteira é aquele sentimento de exclusão, de evasão, de estar na margem. Aí quando você está empregada, ali, dentro de um sistema de emprego, você se sente pertencente ao todo. (Bianca)

Nardi (2003), Souza (2012) e Juliani (2017) indicam que possuir um emprego formal inclui o trabalhador na lógica protetora do Estado, assegura, em algum grau, direitos, segurança e proteção social, bem como pode promover a inserção de quem trabalha na dinâmica das relações sociais, gerando um sentimento de pertencimento à sociedade de consumo. Por outro lado, Bianca também relatou que estar empregada não traz total conforto e segurança, em suas palavras:

(...) Mas isso não lhe dá tranquilidade, isso não lhe dá conforto, por exemplo, eu trabalhei em uma farmácia e eu tinha brigas todos os dias, porque eu ouvia racismo, misoginia, eu ouvia piadinhas muito escrotas. Sabe aquele tipo de coisa que não dá para ficar em silêncio? E aí eu virei a chata da empresa, tipo assim: “ai Bianca, é só uma brincadeira”, eu tentava argumentar com as pessoas, mas virei a louca da empresa, eu virei a surtada, eu tive que pedir demissão, porque eu virei a doida, a louca. Diziam: “o que ela está falando, não é?” Está todo mundo

brincando, rindo, despojada, e eu a doida, a surtada. Os outros funcionários diziam que eram: “coisinhas banais, brincadeiras, acha! A gente só está rindo do negro que passou com o carrão, a gente só está rindo da mulher que está com a calça assim, não sei o que, é só ‘o travesti’ que passou ali”. Minimizavam tudo e eu virei a louca. (Bianca).

Tal trecho de sua fala vai ao encontro do que sinaliza Souza (2012). A autora indica que estar empregado não é sinônimo de tranquilidade e de plena inserção social, uma vez que, pela forma que o trabalho está organizado, frequentemente, ele também se transforma em motivo de sofrimento e adoecimento dos trabalhadores. Após sair da farmácia, Bianca relatou que foi exercer a prostituição por mais algum tempo, segundo ela:

E aí eu saí da farmácia e fui para a Getúlio [Avenida Getúlio Vargas, conhecido ponto de prostituição de travestis e mulheres trans em São Carlos/SP] fazer prostituição, e olha, por incrível que pareça, estar na Getúlio foi muito mais suave do que estar na farmácia, porque eu podia ser eu. Claro que eu tenho medo da noite, da violência, tenho medo das outras meninas que chegam lá drogadas, loucas, mas, mesmo assim, eu me sentia bem, eu me sentia em casa. Se a gente tivesse um trabalho sexual legalizado, que nos desse proteção, segurança e garantias, era lá que eu estaria, juro, militando com elas, trabalhando com elas, cuidando delas. (Bianca)

Este trecho revela o desejo pela regulamentação da prostituição como forma de garantir algum grau de segurança no exercício desta ocupação, este desejo e percepção também foram apontados por Mônica. Estas visões acerca da regulamentação desta ocupação podem estar relacionadas aos importantes valores simbólicos, morais e subjetivos que possuir um emprego carrega, tendo em vista que, conforme apontado anteriormente, possuir um emprego formal regulamentado implica em possuir algum grau de proteção do Estado e valorização social.

E, também, demonstram a visão idealizada que as entrevistadas apresentaram em relação à regulamentação da prostituição e ao registro em carteira profissional. Mônica e Bianca trouxeram trechos em que, em suas visões, aparentemente a formalidade da ocupação, magicamente, traria segurança, garantias, vínculos

trabalhistas e, conseqüentemente, até mesmo os níveis de violência praticados contra as travestis que se prostituem diminuiriam. No entanto, é possível dizer que estas visões são, justamente, idealizadas e utópicas, pois não representam a realidade de trabalho daqueles que estão na empregabilidade formal com registro profissional.

A prostituição não é uma ocupação que possui valor simbólico, social e moral positivos, logo, mesmo com a eventual regulamentação e registro em carteira, provavelmente, as pessoas que se prostituem, especialmente as travestis, continuariam vivendo cotidianamente situações de violência, de exposição a riscos diversos e de marginalização social.

Bianca apontou como a prostituição é, constantemente, criminalizada (mesmo não sendo considerada um crime no Brasil) e não tem sido tratada com políticas públicas específicas. Ela disse que:

Eu vi na internet duas matérias essa semana, você percebe que são casos de saúde e de assistência social, porque isso é caso de assistência social, isso é caso de saúde pública, não é caso de polícia. A polícia invadiu duas casas no centro que elas usavam como motel, ou seja, criminaliza. Leva para a cadeia, é crime, porque casa de prostituição é crime, é complicado. E aí é preciso debater isso, voltar esse debate, porque é uma função, o próprio Ministério do Trabalho classifica o trabalho sexual como uma ocupação, é uma ocupação. (Bianca).

Nesse sentido, Carrijo (2012) afirma que "(...) as travestis permanecem invisíveis e silenciadas nas políticas públicas de acesso à seguridade social e cidadania, mas estrategicamente visíveis na argumentação sobre tráfico e exploração" (p. 535). Ao refletir sobre empregabilidade e exclusão, Bianca expressou:

A sobrevivência é uma provocação constante. Quando a gente fala de emprego, a gente fala de uma porção de coisas, a gente fala de dignidade, a gente fala de sociabilidade, a gente fala de pertencer ao espaço, a gente fala de produzir, estar inserido e produzir e, em uma sociedade capitalista, esses marcadores são extremamente fortes. Então, quando você está inserido em uma

sociedade extremamente capitalista e não possui esses marcadores e, além de tudo, você é travesti, a exclusão é extrema, você é um ser que não pertence a absolutamente nada. (Bianca).

Tal visão está de acordo com o que afirmam Souza (2012) e Sawaia (2000). As autoras afirmam que, em uma sociedade marcada, intensamente, pela valorização do consumo, o prolongado afastamento do mercado de trabalho em conjunto com os estereótipos e preconceitos que atingem determinados grupos promovem cruéis formas de exclusão social, como a desinserção e a apartação da sociedade.

Bianca começou a sua transição de gênero por volta dos doze anos, idade também mencionada por Laura. Nesta época, Bianca apresentava traços de feminilidade e isso gerou imenso incômodo em sua família. A entrevistada precisou sair de casa para poder vivenciar sua identidade e, com isso, começou a prostituir-se e passou por diversos processos de violência. A seguir, traremos trechos de fala que expressam estas situações.

Eu tinha sete anos de idade e minha avó já era cruel comigo, porque ela percebia que eu tinha traços de feminilidade e “meninos” com traços de feminilidade é algo inconcebível e imperdoável. Minha avó era uma pessoa muito cruel, machista, reproduzia o machismo de forma muito violenta e sempre me punia por isso. Aos doze [anos], expressei a minha travestilidade de forma precoce, porque algo muito forte em mim reivindicava isso, algo latente em mim reivindicava isso, e aos doze [anos] eu fui para a rua. Tenho quarenta e sete anos de idade, tenho medo dessa matemática, ela me coloca em um lugar que assusta, é muito tempo, não é? É muito tempo atrás, mas eu sei que estava lá e fui violentada de todas as formas. Fui agredida, fui presa, sofri violências, sofri estupros, todo o tipo de agressão eu sofri. Comecei a me prostituir muito cedo, e aí com um pouquinho de dinheiro fui aceita dentro de casa, porque o dinheiro compra tudo, não é, amores? Até o amor paterno, não é? É lindo isso. E aí eu volto para dentro de casa inventando uma desculpa

qualquer de que eu estava trabalhando em um lugar qualquer, e eles fingindo e aceitando meu dinheiro de algum lugar qualquer, perfeito! Tudo perfeito, tudo conveniente. Mas eu tinha uma angústia em mim, sempre tive uma ambição em mim, sempre tive ódio por tudo ter acontecido muito precocemente, por ter visto as coisas precocemente e não ter vivido coisas que outras crianças viviam, que adolescentes viviam e eu não, aquilo foi criando um ódio e um ranço muito enorme dentro de mim. (Bianca).

No trecho acima, Bianca disse que aos doze anos “foi para a rua”. Na adolescência, Bianca tentou mudar essa situação e conseguiu trabalho como faxineira na casa de sua vizinha. Trabalhou por seis meses, era respeitada e admirada pela dona de casa, no entanto, em dado momento, começou a frequentar uma igreja. Assim, com base nas imposições feitas por esta instituição, Bianca cortou seu cabelo e passou a usar roupas masculinas, em suas palavras, “virei hominho, fui para Jesus”.

Após passar seis meses nesta igreja, Bianca reivindicou novamente seu lugar. Ela concluiu o supletivo, hoje chamado de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), entrou para o curso de direito e começou a trabalhar em um cartório de notas. Como fazia pouco tempo que tinha deixado a igreja, sua aparência ainda estava masculina e conseguiu emprego como escrevente em um cartório de notas. Neste emprego, foi deixando sua identidade aparecer.

No décimo ano em que trabalhava neste cartório, começaram a surgir problemas. Em 1995, época narrada por Bianca, não havia nenhum caso de retificação de nome e gênero sem a cirurgia de redesignação sexual, este procedimento cirúrgico era condição *sine qua non*, portanto, não havia precedentes jurídicos, não havia jurisprudência. Segundo Bianca,

Ficou muito difícil para eu trabalhar. Eu já era Bianca, eu já era mulher, eu já tinha silicone, já tinha feito o nariz, tinha feito o pomo de Adão. Um certo dia, estava exausta, estava cansada de ter que lidar com as piadas dos clientes e, principalmente, dos funcionários, então marquei uma audiência com o juiz corregedor do cartório e disse “eu não tenho mais condições de

trabalhar no cartório, o senhor sabe que eu trabalho lá há dez anos, o meu trabalho é irretocável, mas eu não tenho mais condições”. Existe um dilema ali para ser solucionado. E o doutor Paulo era uma pessoa muito sensata, ele olhava o Direito de forma muito dinâmica. Ele disse: Bianca, de fato, existe uma incongruência entre o Direito e a realidade, e essa incongruência precisa ser sanada, precisa ser resolvida. E aí ele me diz o seguinte: olha, arruma um advogado de sua confiança, entre com uma ação, alegue na ação que existe um dano moral, um dano psicológico, um desestímulo à vida, um desestímulo à continuidade da existência, porque isso fere o princípio basilar, que é o princípio de existir, e pior, isso lima a pessoa de exercer a sua própria identidade. Contratei uma advogada que fez um trabalho brilhante, não havia Lei de Registros Públicos, não havia jurisprudência, ela fez a peça juntando essas orientações, montando um quebra-cabeça, juntando alguns laudos que eu tinha do médico e da psicóloga, fotos com a minha família, documentos do cartório atestando que as pessoas me chamavam de Bianca, documentos que justificassem que a Bianca existia e que não era um delírio da minha cabeça. A própria imagem justificava a presença de Bianca e não a presença do outro nome. (Bianca).

Após entrar com um processo judicial, Bianca conseguiu o direito de utilizar seu nome nos documentos e gerou um marco histórico na Justiça, sendo a primeira transexual a conseguir retificar o nome sem a necessidade de cirurgia. No trecho acima, Bianca também relatou situações em que era desrespeitada, sofria piadas diversas de seus colegas e dos clientes. Tal informação está de acordo com o que Irigaray (2010) e Juliani (2017) informam: nas poucas vezes em que são incluídas no mercado formal de trabalho, constantemente, passam por situações de constrangimento e discriminação, o ambiente de trabalho se apresenta como hostil para mulheres trans e travestis.

Em seu discurso, Bianca abordou, por diversos momentos, a prostituição. Bianca, assim como Laura, apresenta duas visões sobre a prostituição. Por um lado,

demonstra uma visão positiva, dado que na prostituição poderia ser ela mesma, se apresentar de uma forma mais autêntica e participar de momentos de sociabilidade com outras travestis. Por outro lado, expressa uma visão negativa, uma vez que afirma que esta prática é compulsória e, em diversos momentos, não desejava estar ali. Em suas palavras:

O corpo se torna o único instrumento capaz de trabalhar, capaz de manutenção, de autossuficiência, de possibilidade de existir, e a gente vai trabalhar com o corpo, a gente trabalha com o corpo, infelizmente, nesse país, o trabalho sexual é precarizado, como tudo é precarizado, e eu me prostituí durante muitos anos, muitos anos, é nojento, é nojento porque você não quer estar ali, não é aquilo que você quer, porque não te dignifica, te menospreza, porque faz lembrar o quanto foi compulsório, o quanto você não tem escolha, o quanto você é precoce, e te faz lembrar de muitas coisas, isso é muito triste, é muito cruel, muitos, muitos corpos trans morrem na prostituição, sem o privilégio que nós temos de sair de lá. (Bianca).

Ao narrar sua trajetória profissional, Bianca disse que passou por momentos de desemprego. A entrevistada acreditava que conseguiria acessar outras vagas de trabalho, dado que possuía experiência profissional significativa e a qualificação escolar exigida. No entanto, segundo ela:

Assumi um cargo na prefeitura, fiquei um tempo e veio o desemprego, veio essa crise, e aí eu comecei a sentir um lado cruel. Achava que conseguiria emprego, um engano meu. **Eu achei que a meritocracia por si só me salvaria, mas não. Quando se é travesti, isso vem na frente. Não existe mérito, existe a travesti. Nada que você tenha é maior do que a sua identidade travesti, infelizmente.** (Bianca, grifo nosso).

Assim como Ana, Bianca percebeu que não bastava ter experiência profissional e a qualificação escolar necessária, pois as barreiras sociais impostas por serem

travestis e mulheres trans dificultariam, ou impediriam, o acesso a novas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, abordei as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as noções e impactos que o trabalho apresenta nas construções das subjetividades e nos acessos sociais e como isso se apresenta na realidade de travestis e mulheres trans. Aqui, trabalho foi compreendido não apenas como meio de sobrevivência material, mas também como um importante dispositivo de inserção social, carregado de valor simbólico e que impacta na subjetividade dos sujeitos.

No segundo capítulo, apontei discussões sobre gênero e identidade de gênero, bem como apresentei dados que representam a vulnerabilidade social vivenciada pelo grupo social em tela. Por meio da bibliografia levantada, foi possível perceber que as mulheres trans e travestis passam por diversas violências ao longo da vida, como a frequente e precoce expulsão das famílias de origem, *bullying* e discriminação no ambiente escolar, que, muitas vezes, as fazem parar de frequentar esse espaço e, posteriormente, enfrentam diversas barreiras no acesso ao mercado de trabalho, que é dificultado mesmo para as que possuem as qualificações exigidas.

Neste capítulo, também abordei o modo pelo qual o conhecimento científico a respeito das identidades trans foi construído. Historicamente, a Medicina e as ciências psi (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise) enquadraram as pessoas trans em termos de desajuste, transtornos mentais e parafilias. Demonstrando que as identidades que não assentavam-se em padrões biológicos e sociais construídos eram tratadas como um desvio às normas vigentes. Atualmente, alguns avanços foram conquistados, como a recente despatologização das identidades trans e a possibilidade de retificar o nome e gênero diretamente no cartório, sem a necessidade de apresentar laudos e cirurgias.

No terceiro capítulo, com a apresentação do campo empírico, foi possível perceber algumas semelhanças nos relatos. Com base nas trajetórias trazidas por Ana e Bianca, observamos que, apesar do bom currículo, elas não conseguiam acessar facilmente o mercado de trabalho, Ana era barrada na fase das entrevistas. A entrevistada também criticou os critérios que pautam a busca de profissionais, demonstrando que os empregadores ainda almejam a imagem do trabalhador ideal, predominantemente masculina e cisgênera.

Laura e Mônica indicaram que as mudanças corporais realizadas e a aproximação da feminilidade as afastaram da empregabilidade, sinalizando que, após

iniciarem suas transições de gênero, as possibilidades de trabalho foram reduzidas, mesmo em áreas tradicionalmente impostas a elas, como o ramo da beleza.

Bianca sinalizou que a empregabilidade formal é carregada de um valor simbólico, de reconhecimento social. Quando possuía empregos formais, de certo modo, sentia-se mais pertencente à sociedade. Bianca, assim como Laura e Mônica, passaram por trajetórias relacionadas à prostituição, demonstrando que essa realidade frequentemente está presente nas vidas das travestis e mulheres trans.

Com base nos relatos das entrevistadas e na bibliografia abordada, é possível perceber que o acesso ao mercado de trabalho para as travestis e mulheres ainda é permeado por dificuldades e barreiras que, por vezes, se apresentam de modo quase intransponível. Apesar disso, as interlocutoras desta pesquisa apresentaram estratégias de sobrevivência criativas, adaptaram-se às situações que apareciam e todas obtiveram ganhos financeiros e conseguiram sobreviver, mesmo à margem da empregabilidade formal. Todas as entrevistadas possuíam, ao menos, o ensino médio completo, escolaridade considerada básica para a entrada no mercado de trabalho, no entanto, no momento das entrevistas, apenas Bianca estava trabalhando com registro profissional em carteira.

É importante sinalizar que o percurso das entrevistas foi dificultado pela pandemia da Covid-19, os encontros tiveram que ocorrer de modo virtual, assim como todo o contato. Apesar de as entrevistadas serem minhas conhecidas, por diversos momentos apresentaram resistências ao compartilhar suas histórias e uma delas interrompeu antes de finalizar, demonstrando que contar suas histórias de vida intensamente marcadas por sofrimento é um ato difícil que é dificultado pela ausência de contato físico. Todavia, todas trouxeram informações importantes e relevantes sobre suas trajetórias de vida relacionadas ao trabalho e a transfobia.

Apesar dos avanços conquistados por meio de lutas do movimento organizado, a realidade social ainda é difícil para as mulheres trans e travestis, que, constantemente, se veem alijadas de exercer a cidadania e usufruir direitos sociais básicos. No entanto, este grupo mostra-se potente, criativo e, frequentemente, desenvolve estratégias para sobreviver e acessar direitos, espaços e o direito fundamental à dignidade da pessoa humana, conforme consta na Constituição Federal de 1988.

No âmbito da sociedade brasileira, alguns avanços importantes no campo político foram conquistados, como a vitória eleitoral de três deputadas estaduais trans

em 2018 e de trinta vereadoras nas eleições de 2020. Parlamentares como Erica Malunguinho, a primeira deputada trans eleita no país em uma candidatura individual, Erika Hilton, vereadora de São Paulo e a mulher mais votada do país nas eleições de 2020, e Duda Salabert, a vereadora mais votada de Belo Horizonte em 2020, foram destaques nas últimas eleições e demonstram a resistência e reação desta comunidade frente aos crescentes ataques conservadores e transfóbicos presenciados no país.

Diante da necessidade de representação política e na tentativa de transformar ou atenuar a transfobia tão presente na sociedade brasileira, estas mulheres candidataram-se e conquistaram cargos políticos, dando voz a comunidade trans e levando em consideração suas pautas e demandas legítimas, específicas e urgentes. A comunidade trans, que é historicamente silenciada e marginalizada dos espaços de decisão, enfrenta a transfobia estrutural da sociedade brasileira.

No campo artístico algumas pessoas trans também tem se destacado. A cantora e atriz Linn da Quebrada, a cantora Liniker, as cantoras Assussena, Raquel Virgínia, Pepita e a atriz Glamour Garcia são algumas das diversas artistas trans que estão conquistando o espaço artístico nacional.

Seja nas artes, na política institucional ou em suas tentativas diárias de sobrevivência, as travestis e mulheres trans, conhecidas ou “anônimas”, evidenciam não apresentar posturas passivas e inertes diante das opressões cotidianas. Elas, geralmente, criam estratégias de sobrevivência e de luta e, em algum grau, causam transformações necessárias ao inserirem-se em espaços sociais até então marcados pela completa ausência desta comunidade.

Apesar destes avanços, a realidade social ainda é cruel para as travestis e mulheres trans, que representam o segmento mais marginalizado da comunidade LGBTI+. Como foi apontado ao longo do texto, estima-se que 90% desta comunidade, compulsoriamente, está na prostituição e possui essa atividade como fonte de renda primária ou secundária, além de sua expectativa de vida ser estimada em 35 anos. Juliani e Scopinho (2020) indicam que a prostituição pode ser considerada como a atividade informal mais insalubre que existe.

Esta realidade é resultado de ciclos de exclusão que geralmente são iniciados na infância. De modo geral, estas pessoas sofrem preconceito na família de origem, na escola, na tentativa de acessar o mercado de trabalho, no acesso à saúde e em

diversas outras áreas de suas vidas. Também são alijadas de direitos sociais básicos e do convívio social considerado satisfatório.

Assim, torna-se necessário um projeto político-social amplo para transformar estas realidades e enfrentar as violências cotidianas. Caso contrário, *ad infinitum*, as travestis e as mulheres trans permanecerão vivenciando as margens e sofrendo inúmeros processos de exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas: individuo y sociedade*. Vol. 18, nº 3, 2019.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. BENEVIDES, Bruna. (Org). – Brasília: Distrito Drag, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>> Acesso em: jan. 2022.

ANTUNES. Pedro Paulo Sammarco. *Travestis envelhecem?* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, SP, Brasil. Dissertação de mestrado, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora - Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2006.

BAGAGLI, Beatriz. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018. Disponível em https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgenero-nos_discursos_feministas_uma_palavra_tao_defendida_tao_atacada_tao_pouco_entendida.pdf Acesso em: fev. 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, mai./ago. 2011.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014b.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. *Actes de la recherche en sciences sociales* 62-63, 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.3406/arss.1986.2317>> Acesso em: mar 2022.

BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda a parte. In: P. Bourdieu, *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (pp. 119-127). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mario. Travesti, mulher transexual, homem trans e não-binário: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *cadernos pagu*, v. 52, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, pp. 1-35., 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n52/1809-4449-cpa-18094449201800520011.pdf>> Acesso em: out. 2021.

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. *Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa*. São Paulo, 2021. DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

COSTA, Jurandir F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M (Orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996.

DAVIDSON, Skylar. Gender inequality: Nonbinary transgender people in the workplace. *Rev Cogent Social Sciences*, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23311886.2016.1236511>> Acesso em: out. 2021.

FERREIRA, João Batista; SADOYAMA, Adriana Santos; CORREIA, Aline Ferreira Campos; GOMES, Petro Aguiar. Diversidade e Gênero no Contexto Organizacional: um estudo bibliométrico. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p.45-66, set., 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11225/pdf_1>. Acesso em: mar. 2022.

FONSECA, Tania Mara Galli. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). *Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva – um estudo de caso*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. p. 13-27.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de *uberização*: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, vol. 5, n, 8, 45-67, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. "Dragões": gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo das trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escala, v. 12, n. 1, 2011.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

KALLEBERG, Arne. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, p. 21-31, 2009.

HELOANI, José Roberto; SILVA, Eduardo Pinto e. Diversidade no trabalho. In: BENDALOSSI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, Jairo. (Org.). Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, v. 1, p. 303-310.

IRIGARAY, Helio. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. Anais ENANPAD.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. "Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais". *Cronos*, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>> Acesso em: out 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfeminismo: teorias e práticas Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JULIANI, Rafael Paulino. LGBTTrabalhadores: trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

JULIANI, Rafael Paulino; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Os lugares do diferente no trabalho no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTs. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 23, n. 1, p. 65-78, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/163822/166638>>. Acesso em: mar. 2022.

KOYAMA, Emi. "The Transfeminist Manifesto". In: DICKER, Rory; PIEPMEIER, Alison (Orgs.). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st Century* Boston: Northeastern University Press, 2003, p. 244-262.

KULICK, Dom. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. (Trad. Cesar Gordon), Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, Márcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-112, mar./jun., 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Profissionais do sexo. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>> Acesso em: mar. 2022.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês.; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 5, 2018.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. *Revista Via Atlântica*, v. 24, p. 49-65, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/57215/99115>> Acesso em: nov. 2021.

NARDI, Henrique Caetano. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 37-56, 2003.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 9–41, 2000.

OLIVEIRA, Elias Teixeira de; VEDANA, Kelly Graziani Giaccherro. Suicídio e depressão na população LGBT: postagens publicadas em blogs pessoais. *Revista Eletrônica de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, SMAD.*, v. 16, n. 4, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v16n4/v16n4a05.pdf>> Acesso em: nov. 2021.

OLIVEIRA, José Wellington de; ROSATO, Cássia Maria; NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues; GRANJA, Edna. “Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital”: vivências travestis no cárcere. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 38, n. 2, p. 159-174, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0159.pdf>> Acesso em: mar. 2022.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. *Revista Trabalho, educação e saúde*, v. 7, n. 3, p. 549-563, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, v. 25., 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/5QYynt9X5b35dCjrMcN7npc/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: mar. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RODOVALHO, Amara Moira. "CIS By Trans". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>> Acesso em: mar. 2022.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 10, n. 1, São João del-Rei, janeiro/junho, 2015.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SARAIVA, Luiz Alex S.; IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de administração de empresas*, v. 49, n. 3, p.337-348, 2009.

SAWAIA, Baden. *Identidade – uma ideologia separatista*. In: SAWAIA, Baden (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SENNETT, Richard. *El Artesano*. Barcelona: Anagrama, 2009.

SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n 2, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>> Acesso em: fev. 2022.

SILVA, Maria Aparecida; LUPPI, Carla Gianna; VERAS; Maria Amélia. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, 2020.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais. Dissertação de mestrado. Campinas: PUC Campinas, 2012.

TONELI, Maria Juracy Figueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, A. M; SATO, L. (Orgs.). *Diálogos em psicologia social* (pp. 147-167). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

VERAS, Elias, Ferreira; GUASCH, Oscar. A Invenção do Estigma Travesti no Brasil (1970-1980). *Revista Histórias*, Brasília, v. 1, n. 5, p. 39-51, 2015.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; BENEVIDES, Bruna. *Manifestações textuais (insubmissas) travesti*. *Revista Estudos Feministas*, vol. 28, ed. 3, 2020.

ANEXO

ANEXO 1 - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA

Identificação

Nome:

Idade:

Identidade de gênero:

Orientação sexual:

Raça/etnia:

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

1 – Fale um pouco sobre sua trajetória profissional. Quais empregos/trabalhos você teve até esse momento? Quando começou a trabalhar? Quais lugares frequentou?

2 – Como você sobrevive hoje em dia?

3 – Tem algum tipo de renda? Se sim, qual é?

4 – Há quanto tempo desenvolve esse trabalho?

5 – Você já participou de processos seletivos? Se sim, percebeu algum tipo de discriminação?

6 – Na sua atual forma de trabalho, percebe algum efeito da transfobia?

7 – No ambiente de trabalho, percebeu algum tipo de preconceito de outros funcionários?

8 – Se sim, com foi?

9 – Fale livremente sobre as trajetórias profissionais ou experiências que considera importantes e simbólicas.

TRAJETÓRIA ESCOLAR

1 – Fale um pouco sobre a sua trajetória escolar. Como foi a sua vivência no período escolar?

2 – Você conseguiu cursar até que ano?

3 – Você precisou interromper seus estudos?

4 – Você percebe que sofreu algum tipo de preconceito ou transfobia no ambiente escolar? Se sim, como foi?

5 – Como era a sua relação com os colegas e funcionários da escola?

6 – Fale livremente sobre o período escolar, sobre os momentos que considera mais importantes e marcantes desse período.

RELACIONAMENTO FAMILIAR

1 – Como foi o processo de transição de gênero?

2 – Como sua família lidou com sua transição de gênero? Houve algum tipo de resistência ou transfobia?

3 – Como é a relação com sua família atualmente?

4 – Você recebeu algum tipo de apoio familiar ou rejeição? Se sim, como foi?

5 – Você se lembra de alguma situação marcante com sua família que queira compartilhar?

6 – Sobre o relacionamento com amigos, como eles lidaram com sua transição de gênero?

7 – Há mais alguma informação importante que você queira compartilhar a respeito de sua trajetória de vida? Ou algum episódio de transfobia? Ou momentos de aceitação e acolhimento?